ITR
Informações Trimestrais

Companhia: NEOENERGIA S.A
Data Entrega:
Tipo Apresentação: Apresentação
Versão: 1

Powered by MZiQ

Índice

Dados Cadastrais

Dados Gerais

Endereço

Valores Mobiliários

Auditor

Escriturador de ações

DRI ou pessoa equiparada

Departamento de Acionistas

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DADOS GERAIS	
Nome Empresarial:	NEOENERGIA S.A
Nome Empresarial Anterior:	GUARANIANA S.A.
CNPJ:	01.083.200/0001-18
Código CVM:	01553-9
Data de Reg. na CVM:	08/05/1996
Data de Início da Situação do Registro na CVM:	08/05/1996
País em que os Val. Mobiliários estão Custodiados:	Brasil
Última Alteração do Nome Empresarial:	13/10/2004
Situação do Registro na CVM:	Ativo
Data De Constituição:	14/02/1996
País de Origem:	Brasil
Página do Emissor na Rede Mundial de Computadores:	www.neoenergia.com

TIPO DE REGISTRO	
Tipo de Participante:	Companhia Aberta
Categoria de Registro na CVM:	Categoria A
Situação Do Emissor:	Fase Operacional
Espécie de Controle Acionário:	Privado
Data Última Alteração do Exercício Social:	
Data de Registro na Atual Categoria:	01/01/2010
Data de Início da Situação:	31/03/2001
Data da Última Alteração do controle acionário:	
Encerramento do Exercício Social:	Dia: 31 Mês: 12

SETOR	
Setor de Atividade:	Emp. Adm. Part. - Energia Elétrica
Descrição da Atividade:	Participação em outras sociedades

CANAIS DE DIVULGAÇÃO	
Nome do Canal	UF do canal
Valor Econômico	RJ
Valor Econômico	RJ

Powered by MZiQ

MOTIVOS DA REAPRESENTAÇÃO

Motivo	Versão
Não houve alteração. Confirmação das informações contidas no Formulário Cadastral de acordo com a ICVM 480.	2

ENDEREÇO DA SEDE			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	3º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	3º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

AUDITOR

Nome / Razão Social Auditor:
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

CPF / CNPJ:	61.562.112/0002-01	Código CVM:	00287-9	Tipo:	Juridica

Responsável Técnico			
Início contratação serviço:	11/07/2012	Fim contratação serviço:	
Nome:	Guilherme Naves Valle	CPF/CNPJ:	541.991.586-34
Início:	11/07/2012	Fim:	

ESCRITURADOR DE AÇÕES			
UF	Município	Telefone	
RJ	Rio de Janeiro	(21) 3808-3715	
Nome:	BANCO DO BRASIL S.A	CNPJ:	00.000.000/0001-91
Data Inicial:	23/11/2001	Data final:	
Rio de Janeiro			
Logradouro:	Rua Lélio Gama, 105		
Complemento:	26º andar	Bairro:	Centro
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	20031-080
DDD:	21	Telefone:	3808-3715
DDD:	21	Fax:	3808-3466
Email:	cqualificada@bb.com.br		

DRI OU PESSOA EQUIPARADA

Nome	Tipo
Erik da Costa Breyer	Diretor de Relações com Investidores

Nome:	Erik da Costa Breyer	CPF/CNPJ:	955.093.217-68
Data Inicial:	29/04/2004	Data final:	

Endereço para Correspondência

Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	10º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ebreyer@neoenergia.com		

DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS		
Contato	Data Inicial	Data Final
Vanessa Vollet Azevedo	01/05/2010	

Rio de Janeiro			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	10º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9825
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	
Número de Ações (Unidade)	31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.850.636
Preferenciais	0
Total	5.850.636
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	31/03/2013	31/12/2012
1	Ativo Total	1.199.979	1.172.534
1.01	Ativo Circulante	2.957.230	3.047.495
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.773.551	2.803.859
1.01.02	Aplicações Financeiras	87.345	124.719
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	87.345	124.719
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação		
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	87.345	124.719
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.01.03	Contas a Receber	62	62
1.01.03.01	Clientes		
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	62	62
1.01.03.02.01	Contas a receber de clientes e demais contas a receber	62	62
1.01.04	Estoques		
1.01.05	Ativos Biológicos		
1.01.06	Tributos a Recuperar	86.109	108.708
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	86.109	108.708
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições a recuperar	86.109	108.708
1.01.07	Despesas Antecipadas		
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.163	10.147
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.01.08.03	Outros	10.163	10.147
1.02	Ativo Não Circulante	9.042.567	8.677.852
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	605.520	538.884
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação		
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		

1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.02.01.03	Contas a Receber		
1.02.01.03.01	Clientes		
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.02.01.04	Estoques		
1.02.01.05	Ativos Biológicos		
1.02.01.06	Tributos Diferidos	28.197	27.728
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.197	27.728
1.02.01.07	Despesas Antecipadas		
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	94.291	34.525
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas		
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas		
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores		
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas		
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	483.032	476.631
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.02.01.09.03	Dividendos a receber	190.894	185.876
1.02.01.09.04	Juros sobre o capital próprio a receber	154.326	154.326
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	122.630	121.247
1.02.01.09.12	Outros ativos não circulantes	15.182	15.182
1.02.02	Investimentos	8.363.053	8.064.099
1.02.02.01	Participações Societárias	8.363.053	8.064.099
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	8.363.053	8.064.099
1.02.02.01.02	Participações em Controladas		
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto		
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias		
1.02.02.02	Propriedades para Investimento		
1.02.03	Imobilizado	26.332	26.567

1.02.03.01	Imobilizado em Operação		
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado		
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento		
1.02.04	Intangível	47.662	48.302
1.02.04.01	Intangíveis	47.662	48.302
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão		
1.02.05	Diferido		

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	31/03/2013	31/12/2012
2	Passivo Total	1.199.979	1.172.534
2.01	Passivo Circulante	166.717	182.984
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.050	4.036
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.050	4.036
2.01.02	Fornecedores	1.754	2.078
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.754	2.078
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.865	32.858
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.865	32.858
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	16.865	32.858
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.005	1.006
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.005	1.006
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional		
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.01.04.02	Debêntures		
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	143.030	142.993
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	56	56
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas		
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas		
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.01.05.02	Outros	142.974	142.937
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	142.937	142.937
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		

2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	37	
2.01.06	Provisões	13	13
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	97.667	96.529
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.679	4.925
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.679	4.925
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional		
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.02.01.02	Debêntures		
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações		
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas		
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.02.02.02	Outros		
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.02.03	Tributos Diferidos		
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		
2.02.04	Provisões	92.988	91.604
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		
2.02.04.02	Outras Provisões		
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido	1.173.541	1.144.583
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.03.03	Reservas de Reavaliação		

2.03.04	Reservas de Lucros	6.785.442	6.785.442
2.03.04.01	Reserva Legal	556.907	556.907
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	61.400	61.400
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	6.152.537	6.152.537
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	14.598	14.598
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	236.605	-43.138
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-27.947	-37.783

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2012 à 31/03/2012	01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços		2.795.078		2.590.368
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos		-2.044.615		-1.612.684
3.03	Resultado Bruto		750.463		977.684
3.04	Despesas/Receitas Operacionais		-321.740		-421.005
3.04.01	Despesas com Vendas		-163.518		-283.088
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas		-138.789		-120.154
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos				
3.04.04	Outras Receitas Operacionais				
3.04.05	Outras Despesas Operacionais		-22.710		-25.158
3.04.05.01	Amortização de ágio		-22.710		-25.158
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial		3.277		7.395
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		428.723		556.679
3.06	Resultado Financeiro		-19.374		-21.936
3.06.01	Receitas Financeiras		211.298		232.314
3.06.02	Despesas Financeiras		-230.672		-254.250
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		409.349		534.743
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro		-83.689		-81.554
3.08.01	Corrente		-117.668		-80.361
3.08.02	Diferido		33.979		-1.193
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas		325.660		453.189
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas				
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas				
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas				
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período		325.660		453.189
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora		279.743		389.697
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores		45.917		63.492
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

Powered by MZiQ

3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON		0		0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2012 à 31/03/2012	01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período		279.743		389.697
4.02	Outros Resultados Abrangentes		9.836		35.806
4.02.01	Ganhos de participação relativa em investida		14.903		54.252
4.02.02	Tributos s/ ganhos de participação relativa em investida		-5.067		-18.446
4.03	Resultado Abrangente do Período		289.579		425.503

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-20.680	138.852
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	44.559	74.343
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	290.868	389.201
6.01.01.02	Depreciação e amortização	793	795
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-271.332	-340.973
6.01.01.04	Amortização de ágio, líquida	22.419	25.158
6.01.01.05	Encargos de dividas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	1.500	134
6.01.01.06	Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	311	
6.01.01.07	Provisão (reversão) para contingências civeis, fiscais e trabalhistas		28
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-65.239	64.509
6.01.02.01	Impostos e contribuições a recuperar	15.482	13.936
6.01.02.02	Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	1	42.369
6.01.02.03	Estoques	46	
6.01.02.04	Depósitos judiciais		-1.443
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente	-1.383	
6.01.02.06	Partes relacionadas		20.470
6.01.02.07	Concessão serviço público (ativo financeiro)	-59.766	
6.01.02.08	Outros Ativos	-18	-8
6.01.02.09	Fornecedores	-324	-516
6.01.02.10	Salários e encargos a pagar	14	174
6.01.02.11	Encargos de dividas e swap pagos	-116	
6.01.02.12	Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	-19.212	-9.472
6.01.02.13	Partes relacionadas		-1.000
6.01.02.14	Outros passivos	37	-1
6.01.03	Outros		
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.382	-739.153
6.02.01	Integralização de capital em investidas	-46.527	-146.999

6.02.02	Aquisição de imobilizado	-72	
6.02.03	Aquisição de intangível	-157	-2.036
6.02.04	aplicação em títulos e valores mobiliários	37.374	-590.118
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-246	-140.086
6.03.01	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-246	-135
6.03.02	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		-139.951
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-30.308	-740.387
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.803.859	3.150.422
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.773.551	2.410.035

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2013 à 30/03/2013

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	6.785.442	-43.138	-37.783	1.144.583
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	6.785.442	-43.138	-37.783	1.144.583
5.04	Transações de Capital com os Sócios						
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio						
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	279.743	9.836	289.579
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	279.743	0	279.743
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	9.836	9.836
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						

5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.06	Perda sobre atuarial do plano de beneficio definido	0	0	0	0	9.836	9.836
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.785.442	236.605	-27.947	1.173.541

01/01/2012 à 30/03/2012

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	6.239.613	-43.715	61.400	1.099.861
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	6.239.613	-43.715	61.400	1.099.861
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-78.985	0	-78.985
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						

5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-78.985	0	-78.985
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	389.697	35.806	425.503
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	389.697	0	389.697
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	35.806	35.806
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.06	Ganho sobre ativo disponível para venda	0	0	0	0	4.899	4.899
5.05.02.07	Ganho/ (Perda) sobre atuarial do plano de beneficio definido - CPC 33	0	0	0	0	30.907	30.907
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.239.613	266.997	97.206	1.134.512

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	3.714.674	3.573.028
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.767.741	3.739.675
7.01.02	Outras Receitas	-6.591	-3.815
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-46.476	-162.832
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.992.131	-1.587.951
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.920.289	-1.445.060
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros	-71.842	-142.891
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.722.543	1.985.077
7.04	Retenções	-172.185	-151.234
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-172.185	-151.234
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.550.358	1.833.843
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	214.899	239.717
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.277	7.394
7.06.02	Receitas Financeiras	211.298	232.323
7.06.03	Outros	324	
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.765.257	2.073.560
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.765.257	2.073.560
7.08.01	Pessoal	113.593	109.478
7.08.01.01	Remuneração Direta	105.182	106.238
7.08.01.02	Benefícios	21.652	21.962
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.165	14.907
7.08.01.04	Outros	-29.406	-33.629
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.091.785	1.253.709

7.08.02.01	Federais	1.084.166	1.247.179
7.08.02.02	Estaduais		
7.08.02.03	Municipais	7.619	6.530
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	234.219	257.185
7.08.03.01	Juros	229.205	252.419
7.08.03.02	Aluguéis	3.222	2.942
7.08.03.03	Outras	1.792	1.824
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	45.917	142.477
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio		78.985
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período		
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	45.917	63.492
7.08.05	Outros	279.743	310.711

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	31/03/2013	31/12/2012
1	Ativo Total	2.207.603	2.157.726
1.01	Ativo Circulante	6.818.103	6.721.314
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.839.346	3.770.684
1.01.02	Aplicações Financeiras	138.556	182.063
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	138.556	182.063
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação		
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	138.556	182.063
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.01.03	Contas a Receber	1.776.055	2.056.384
1.01.03.01	Clientes	1.776.055	2.056.384
1.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.01.04	Estoques	23.934	24.648
1.01.05	Ativos Biológicos		
1.01.06	Tributos a Recuperar	448.752	452.546
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	448.752	452.546
1.01.07	Despesas Antecipadas	28.966	13.759
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	562.494	221.230
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.01.08.03	Outros	562.494	221.230
1.01.08.03.01	Recursos CDE	335.262	
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	112.409	108.109
1.01.08.03.03	Entidade de previdencia privada	7.628	10.351
1.01.08.03.04	Serviços em curso	71.227	68.071
1.01.08.03.05	Concessão do serviço público (ativo financeiro)	35.968	34.699
1.02	Ativo Não Circulante	1.525.792	1.485.595
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.643.829	4.400.720

1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação		
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	34.851	32.315
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	34.851	32.315
1.02.01.03	Contas a Receber	549.818	582.295
1.02.01.03.01	Clientes	549.818	582.295
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.02.01.04	Estoques		
1.02.01.05	Ativos Biológicos		
1.02.01.06	Tributos Diferidos	695.576	676.708
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	695.576	676.708
1.02.01.07	Despesas Antecipadas		
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2.202	1.920
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas		
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores		
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas		
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.361.382	3.107.482
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	106.240	108.219
1.02.01.09.04	Dividendos a receber	6.120	564
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	385.767	378.058
1.02.01.09.06	Entidade de previdência privada	35.330	18.172
1.02.01.09.07	Concessão do serviço público (ativo financeiro)	2.805.562	2.580.049
1.02.01.09.08	Outros ativos não circulantes	22.363	22.420
1.02.02	Investimentos	1.168.885	1.067.046
1.02.02.01	Participações Societárias	1.149.604	1.047.713
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.149.604	1.047.713
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias		

1.02.02.02	Propriedades para Investimento	19.281	19.333
1.02.02.02.01	Outros investimentos	19.281	19.333
1.02.03	Imobilizado	2.672.940	2.669.550
1.02.03.01	Imobilizado em Operação		
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado		
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento		
1.02.04	Intangível	6.772.273	6.718.634
1.02.04.01	Intangíveis	6.772.273	6.718.634
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão		
1.02.04.02	Goodwill		

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	31/03/2013	31/12/2012
2	Passivo Total	2.207.603	2.157.726
2.01	Passivo Circulante	3.600.130	3.295.258
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	101.136	93.075
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	101.136	93.075
2.01.02	Fornecedores	1.339.225	1.047.609
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.339.225	1.047.609
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	411.247	392.489
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	411.247	392.489
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	411.247	392.489
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.052.883	1.116.735
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	729.046	680.184
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional		
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.01.04.02	Debêntures	323.837	436.551
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	597.864	579.652
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas		
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.01.05.02	Outros	597.864	579.652
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar		
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	86.735	97.681
2.01.05.02.05	Dividendos e juros sobre capital próprio	189.347	190.658
2.01.05.02.06	Entidade de previdência privada	15.044	16.298
2.01.05.02.07	Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	2.974	2.974
2.01.05.02.08	Outros passivos circulantes	303.764	272.041
2.01.06	Provisões	97.775	65.698
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	5.861.484	6.004.357
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.983.476	5.118.154
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.157.016	4.333.428
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional		
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.02.01.02	Debêntures	826.460	784.726
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações	552.528	571.217
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	723	
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		

2.02.02.02	Outros	551.805	571.217
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.02.02.02.03	Fornecedores	67.733	66.435
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	42.481	53.129
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	10.755	10.219
2.02.02.02.06	Entidade de previdência privada	351.808	349.109
2.02.02.02.07	Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	21.571	21.394
2.02.02.02.08	Outros passivos não circulantes	57.457	70.931
2.02.03	Tributos Diferidos	8.162	6.537
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.162	6.537
2.02.04	Provisões	317.318	308.449
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		
2.02.04.02	Outras Provisões		
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.261.441	1.227.764
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025

2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.03.03	Reservas de Reavaliação		
2.03.04	Reservas de Lucros	6.785.442	6.785.442
2.03.04.01	Reserva Legal	556.907	556.907
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	61.400	61.400
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	6.152.537	6.152.537
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	14.598	14.598
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	236.605	-43.138
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-27.947	-37.783
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	879.003	831.815

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2012 à 31/03/2012	01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços		913		738
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos				
3.03	Resultado Bruto		913		738
3.04	Despesas/Receitas Operacionais		241.910		311.964
3.04.01	Despesas com Vendas				
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas		-5.745		-3.851
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos				
3.04.04	Outras Receitas Operacionais				
3.04.05	Outras Despesas Operacionais				
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial		247.655		315.815
3.04.06.01	Equivalência patrimonial		270.074		340.973
3.04.06.02	amortização do ágio		-22.419		-25.158
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		242.823		312.702
3.06	Resultado Financeiro		46.787		76.499
3.06.01	Receitas Financeiras		49.239		78.273
3.06.02	Despesas Financeiras		-2.452		-1.774
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		289.610		389.201
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro		-9.867		496
3.08.01	Corrente		-10.335		
3.08.02	Diferido		468		496
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas		279.743		389.697
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas				
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas				
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas				
3.11	Lucro/Prejuízo do Período		279.743		389.697
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.01.01	ON		0		0

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2012 à 31/03/2012	01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período		325.660		453.189
4.02	Outros Resultados Abrangentes		11.107		40.589
4.02.01	Ganhos de participação relativa em investida		16.829		61.499
4.02.02	Tributos s/ ganhos de participação relativa em investida		-5.722		-20.910
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período		336.767		493.778
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora		289.579		425.503
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores		47.188		68.275

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	784.484	736.160
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	772.756	993.921
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	409.349	534.743
6.01.01.02	Depreciação e amortização	151.773	126.076
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-3.277	-7.395
6.01.01.04	Amortização de ágio, líquida	22.710	25.158
6.01.01.05	Encargos de dividas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	153.880	159.267
6.01.01.06	Valor do ativo financeiro da concessão	-3.381	-2.547
6.01.01.07	Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	-7.256	2.582
6.01.01.08	Provisão (reversão) para contingências civeis, fiscais e trabalhistas	14.760	10.368
6.01.01.09	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.335	145.669
6.01.01.10	Provisão para beneficio pós emprego	3.863	
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11.728	-257.761
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	157.286	-34.458
6.01.02.02	IR e CSLL a Recuperar	-17.782	-23.214
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar	12.235	-7.290
6.01.02.04	Entidade de previdência privada (passivo)	-13.578	-6.621
6.01.02.05	Estoques	714	128
6.01.02.06	Recursos CDE	-228.476	
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-7.246	-12.779
6.01.02.08	Despesas pagas antecipadamente	-15.207	-12.816
6.01.02.09	Entidade de previdência privada	1.995	2.420
6.01.02.10	Partes relacionadas	16.763	30.241
6.01.02.11	Concessão serviço público (ativo financeiro)		299
6.01.02.12	Outros Ativos	-123.251	-59.258
6.01.02.13	Fornecedores	405.723	-5.139
6.01.02.14	Salários e encargos a pagar	8.061	13.545

6.01.02.15	Encargos de dividas e swap pagos	-96.403	-84.857
6.01.02.16	Taxa regulamentares	-21.595	33.930
6.01.02.17	Imposto de rende (IR) Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-11.625	37.415
6.01.02.18	Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	-66.569	-56.435
6.01.02.19	Indenizações / contingências pagas	-7.565	-11.938
6.01.02.20	Outros passivos	18.248	-60.934
6.01.03	Outros		
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-473.773	-1.393.334
6.02.01	Integralização de capital em investidas	-44.527	-146.999
6.02.02	Aquisição de investimentos	-59.948	-3.862
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-15.982	-9.061
6.02.04	Aquisição de intangível	-405.147	-388.986
6.02.05	Concessão serviço publico (Ativo financeiro)	-11.799	-85
6.02.06	aplicação em títulos e valores mobiliários	17.521	-925.818
6.02.07	Resgate de títulos de valores mobiliários	46.109	81.477
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-242.049	-259.338
6.03.01	Aumento(Redução) de capital		17.870
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital		
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos	62.891	70.490
6.03.04	Captação de debêntures	90.000	
6.03.05	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-228.007	-147.479
6.03.06	Amortização do principal de debêntures	-176.523	-99.011
6.03.07	Obrigações vinculadas	9.606	47.166
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-16	-148.374
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	68.662	-916.512
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.770.684	4.031.661
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.839.346	3.115.149
6.01.01.13	Outras provisões		

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2013 à 30/03/2013

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	6.785.442	-43.138	-37.783	1.144.583	0	1.144.583
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	6.785.442	-43.138	-37.783	1.144.583	0	1.144.583
5.04	Transações de Capital com os Sócios								
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio								
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	279.743	9.836	289.579	0	289.579
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	279.743	0	279.743	0	279.743
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	9.836	9.836	0	9.836
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								

5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.06	Perda sobre atuarial do plano de beneficio definido	0	0	0	0	9.836	9.836	0	9.836
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.785.442	236.605	-27.947	1.173.541	0	1.173.541

01/01/2012 à 30/03/2012

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	6.239.613	-43.715	61.400	1.099.861	0	1.099.861
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	6.239.613	-43.715	61.400	1.099.861	0	1.099.861

5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-78.985	0	-78.985	0	-78.985
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-78.985	0	-78.985	0	-78.985
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	389.697	35.806	425.503	0	425.503
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	389.697	0	389.697	0	389.697
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	35.806	35.806	0	35.806
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.06	Ganho sobre ativo disponível para venda	0	0	0	0	4.899	4.899	0	4.899
5.05.02.07	Ganho/ (Perda) sobre atuarial do plano de beneficio definido - CPC 33	0	0	0	0	30.907	30.907	0	30.907

5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.239.613	266.997	97.206	1.134.512	0	1.134.512

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	1.037	813
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.037	813
7.01.02	Outras Receitas		
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa		
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.905	-1.829
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.905	-1.829
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	-868	-1.016
7.04	Retenções	-23.212	-25.953
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-23.212	-25.953
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-24.080	-26.969
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	319.313	419.246
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	270.074	340.973
7.06.02	Receitas Financeiras	49.239	78.273
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	295.233	392.277
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	295.233	392.277
7.08.01	Pessoal	2.907	1.014
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.377	793
7.08.01.02	Benefícios	34	122
7.08.01.03	F.G.T.S.	4	4
7.08.01.04	Outros	492	95
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.121	-219

7.08.02.01	Federais	9.991	-240
7.08.02.02	Estaduais		
7.08.02.03	Municipais	130	21
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.462	1.786
7.08.03.01	Juros	2.452	1.774
7.08.03.02	Aluguéis	10	12
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios		78.985
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio		78.985
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período		
7.08.05	Outros	279.743	310.711
7.08.05.01	Reserva de lucros a realizar	279.743	310.711
7.08.01.04.01	Encerramento de ordem em curso	1.022	501
7.08.01.04.02	(-) Transferência para ordens	-31.165	-34.758
7.08.01.04.03	Outros	737	628
7.08.05.01	Reserva de lucros a realizar	279.743	310.711

Neoenergia S.A.
Informações Trimestrais - ITR
em 31 de março de 2013 e
relatório sobre a revisão de
informações trimestrais

Relatório sobre a revisão
de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Neoenergia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Neoenergia S.A. ("Neoenergia" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente , das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações intermediárias consolidadas de acordo com a

Powered by MZ IQ

Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 -Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas

(a) Reconhecimento do subsídio da CDE
Decreto nº 7.945, que alterou a estrutura tarifária e o subsídio da Conta de Desenvolvimento Energético CDE das controladas Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia COELBA, Companhia Energética de Pernambuco CELPE e Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN. Adicionalmente, em 2 de maio de 2013 a ANEEL publicou o Despacho nº 1.312 de 30 de abril de 2013, fixando os valores a serem repassadas às referidas controladas com recursos da CDE, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013. O acréscimo nos valores a serem repassados para as controladas e os custos incorridos com compra de energia foram parcialmente reconhecidos no trimestre findo em 31 de março de 2013. Deste modo, a controladora Neoenergia S.A. está apresentando nas demonstrações consolidadas ativo circulante a menor em R$ 37.723 mil, passivo circulante a maior em R$ 35.631 mil e o lucro líquido e o patrimônio líquido nas informações trimestrais consolidadas e individuais estão apresentados a menor em R$ 73.354 mil, líquidos dos efeitos tributários.

(b) Ausência de mensuração do impacto da revisão tarifária
Conforme descrito na Nota 37 às informações trimestrais, como parte do processo de revisão tarifária das distribuidoras de energia elétrica, a Superintendência de Fiscalização Econômico Financeira (SFF) da ANEEL emitiu em 4 de abril de 2013 o Despacho nº 1.004, em 11 de abril de 2013 o Despacho nº 1.073 e em 12 de abril de 2013 o Despacho nº 1.102, divulgando o valor da Base de Remuneração Regulatória (BRR) das controladas Companhia Energética do Rio Grande do Norte COSERN no montante total de R$ 882.896 mil, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia COELBA no montante de R$ 3.910.759 mil e da Companhia Energética de Pernambuco CELPE no montante de R$ 2.173.352 mil, respectivamente. A BRR é utilizada na bifurcação dos ativos relacionados à infraestrutura como base para determinar o valor do ativo financeiro das concessões de distribuição de energia elétrica, relacionado ao montante a ser reembolsado pelo poder concedente ao término das concessões. Em 31 de março de 2013, o montante registrado nas informações trimestrais consolidadas da Neoenergia S.A. como ativo intangível e ativo financeiro corresponde a R$ 8.441.072 mil. Os administradores das referidas controladas não concluíram a análise e conciliação dos valores determinados pela ANEEL, a fim de determinar o montante do ajuste aos saldos contábeis a serem registrados em 31 de março de 2013. Consequentemente, nenhum ajuste foi registrado em decorrência deste assunto nas informações trimestrais e, portanto, não é possível concluir sobre os possíveis impactos nos saldos do ativo financeiro, do resultado do exercício e do patrimônio líquido da Neoenergia S.A. em 31 de março de 2013.

Conclusão sobre as informações
intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos, determinados ou não, dos assuntos descritos nos parágrafos Base para conclusão com ressalvas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações
intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos, determinados ou não, dos assuntos descritos nos parágrafos "Base para conclusão

Powered by MZIQ

com ressalvas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos, determinados ou não, dos assuntos descritos nos parágrafos Base para conclusão com ressalvas, não temosconhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2012, obtidas das informações trimestrais ITR daquele trimestre, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2012 foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão com data de 24 de abril de 2012, sem ressalvas.

Como parte de nossa revisão das informações financeiras do trimestre findo em 31 de março de 2013, revisamos também os ajustes descritos na Nota 7, que foram efetuados para alterar as informações financeiras constantes das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2012 e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação. Com base em nossa revisão, nada chegou ao nosso conhecimento de que tais ajustes não sejam apropriados ou não foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as Informações Trimestrais - ITR da Companhia referentes às cifras trimestrais de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as informações financeiras daquele exercício tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

Powered by MZiQ

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

A NEOENERGIA, como holding que não efetua diretamente atividades operacionais, reflete em suas demonstrações financeiras principalmente o resultado das operações de suas empresas controladas. No 1º trimestre de 2013, as empresas controladas da NEOENERGIA apresentaram o seguinte desempenho:

1. DESEMPENHO OPERACIONAL DAS CONTROLADAS:

1.1. No segmento de distribuição:

a) Evolução do número de clientes:

Em março de 2013, o número consolidado de clientes das controladas COELBA, CELPE e COSERN foi de 9.749.565, representando um crescimento de 3,15% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em termos de participação, a classe residencial continua representando 87% da quantidade de clientes cativos, seguido pela classe comercial com 6% e a classe rural com 5%.

Evolução do número de clientes ativos

	Quantidadade		Participação			
Descrição	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12	Variação horizontal	
Residencial	8.549.747	8.262.795	87,7%	87,4%	286.952	3,47%
Industrial	37.249	37.944	0,4%	0,4%	-695	-1,83%
Comercial	602.913	585.646	6,2%	6,2%	17.267	2,95%
Rural	434.418	441.603	4,5%	4,7%	-7.185	-1,63%
Poder Público	81.023	81.082	0,8%	0,9%	-59	-0,07%
Iluminação Pública	27.884	27.181	0,3%	0,3%	703	2,59%
Serviço Público	14.714	13.614	0,2%	0,1%	1.100	8,08%
Consumo Próprio	1.585	1.488	0,0%	0,0%	97	6,52%
Suprimento	32	40	0,0%	0,0%	-8	-20,00%
Total	9.749.565	9.451.393	100,0%	100,0%	298.172	3,15%

b) Evolução do volume de energia vendida no mercado cativo

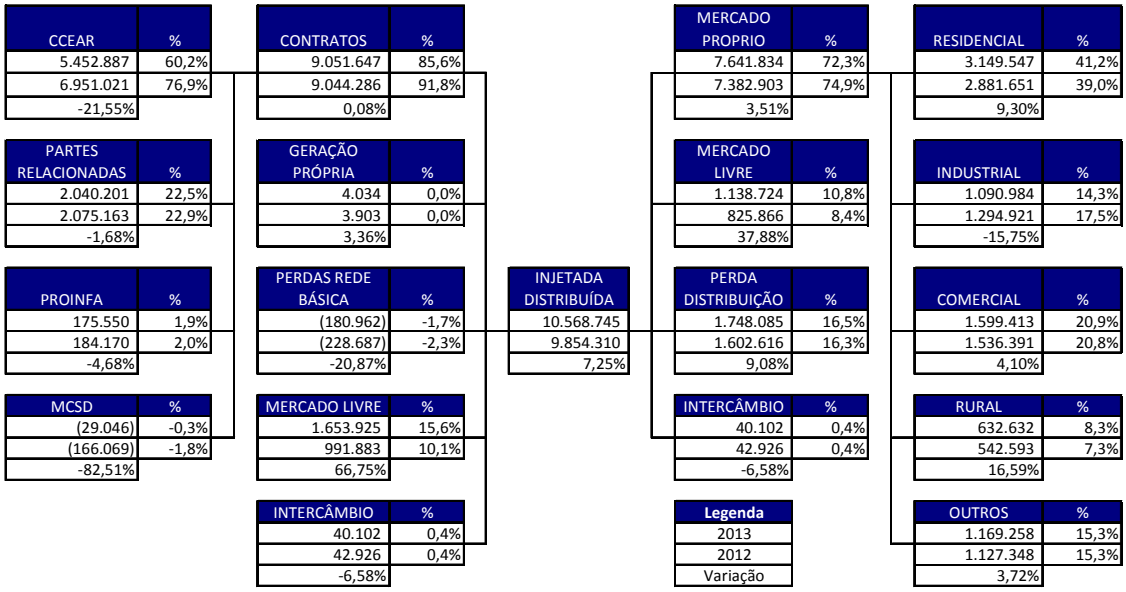
Em relação à quantidade de energia vendida a clientes cativos, no 1º trimestre de 2013, o fornecimento consolidado de energia elétrica das distribuidoras foi de 7.641.834 MWh (7.382.903 MWh no 1º trimestre de 2012) apresentando um acréscimo de 3,51%.

Apesar da classe residencial representar 87% em quantidade de consumidores, sua participação no volume de energia vendida foi de 41,2% em 2013, tendo as classes industrial e comercial participação de 14,3% e 20,9%, respectivamente.

Segue abaixo a composição por classe do volume de vendas no mercado cativo:

	Evolução do mercado de clientes cativos					
	Quantidadade		Participação			
Descrição	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12	Variação horizontal	
Residencial	3.149.547	2.881.650	41,2%	39,0%	267.897	9,30%
Industrial	1.090.985	1.294.920	14,3%	17,5%	-203.935	-15,75%
Comercial	1.599.412	1.536.391	20,9%	20,8%	63.021	4,10%
Rural	632.631	542.594	8,3%	7,3%	90.038	16,59%
Poder Público	391.424	366.023	5,1%	5,0%	25.401	6,94%
Iluminação Pública	341.141	327.953	4,5%	4,4%	13.188	4,02%
Serviço Público	428.380	425.151	5,6%	5,8%	3.229	0,76%
Consumo Próprio	8.313	8.222	0,1%	0,1%	92	1,12%
Total	7.641.834	7.382.903	100,0%	100,0%	258.930	3,51%

c) Balanço Energético



O Balanço Energético das controladas Coelba, Celpe e Cosern indicam que o montante da energia injetada aumentou em 7,25%, sendo que 72,3% foi destinado ao mercado próprio da distribuidora, enquanto 10,8% atendeu ao mercado livre, conforme a legislação do setor elétrico, que garante acesso à rede de distribuição aos consumidores que atendam aos requisitos de livre escolha do seu fornecedor de energia.

O mercado próprio das distribuidoras exigiu 7.641.834 MWh, de energia durante o trimestre, representando um aumento de 3,51% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por outro lado, O mercado livre exigiu a entrega de 1.138.724 MWh de energia durante os três meses do ano, representando uma aumento de 37,88% em relação ao mesmo

período do ano anterior. Esse acréscimo foi devido, principalmente a migração de clientes para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) no ano anterior, acrescido daqueles que migraram no trimestre.

d) Investimentos:

Os investimentos efetuados pelas três empresas de distribuição (Coelba, Celpe e Cosern) foram de R$ 409 milhões nos três primeiros meses de 2013. Esses recursos foram destinados, principalmente, à ampliação da rede de distribuição de energia e para a melhoria da qualidade do serviço.

	1º trimestre 2013	
	Investimento	Subvenções
Geração	35	-
Distribuição	400.468	13.855
Comercialização	21	-
Administração	8.355	-
	408.878	13.855

e) Programa Luz Para Todos:

O Programa luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público e foi prorrogado até o ano de 2014, com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

A Coelba faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R$ 3,17 bilhões, com participação financeira da Coelba, do Governo Federal e do Governo Estadual.

O número de ligações efetuadas nas três distribuidoras até 31 de março de 2013 esta demonstrado abaixo:

	Total	COELBA	CELPE	COSERN
Ligações executadas até 2009	520.575	353.209	114.841	52.525
Ligações executadas em 2010	75.637	75.637	-	-
Ligações executadas em 2011	39.888	39.888	-	-
Ligações executadas em 2012	26.726	26.726	-	-
Ligações executada até Março/2013	5.632	5.632	-	-
Total	668.458	501.092	114.841	52.525
Em execução	15.012	15.012	-	-
Ligações previstas pelo programa	683.470	516.104	114.841	52.525

1.2. No segmento de geração e outros

a) Investimentos

No acumulado dos primeiros três meses de 2013 os investimentos consolidados foram de R$ 470,6 milhões no segmento de geração, o reconhecimento principalmente das perdas em ações de desapropriação na Goiás Sul e Rio PCH I, na reforma das turbinas de Termopernambuco e benfeitorias na Afluente Transmissão.

Segue quadro com abertura dos investimentos por empresa:

R$ mil	31/03/2013
NEOINVEST	405
ITAPEBI	785
TERMOPERNAMBUCO	2.421
BAGUARI I	4
GOIAS SUL	8.763
GERAÇÃO CIII	435
RIO PCH I	11.591
BAHIA PCH I	155
GERAÇÃO CÉU AZUL	2.781
AFLUENTE G	6
AFLUENTE T	3.610
ENERGYWORKS	11
TELESPIRES (não consolidado)	393.900
EÓLICAS (não consolidado)	45.739
Total	470.605

A Companhia em conformidade com a Deliberação CVM nº 694 de 2012, que determinou a aplicação do CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto para o exercício iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013 alterou a metodologia de consolidação das demonstrações contábeis. O normativo prevê que os empreendimentos com controle conjunto devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não mais consolidadas proporcionalmente. Devido a isto, os investimentos nos projetos TelesPires e Eólicas, não serão mais consolidados proporcionalmente e serão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS:

Como se trata de uma empresa holding, a NEOENERGIA depende diretamente dos resultados operacionais apurados em suas controladas.

O lucro líquido consolidado do 1º trimestre de 2013 foi de R$ 279.743 mil (R$ 389.698 mil no 1º trimestre de 2012).

O EBITDA do 1º trimestre de 2013 foi de R$ 577.328 mil (R$ 705.285 mil no 1º trimestre de 2012), representando um decréscimo de 18%.

Abaixo seguem as demonstrações do resultado do exercício do 1º trimestre de 2013 e 2012.

Em R$ mil

Descrição	1º Trimestre 2013	1º Trimestre 2012	Variação 2012/2011
Receita Bruta	3.767.741	3.739.676	1%
Deduções da Receita Bruta	(972.663)	(1.149.307)	-15%
Receita Líquida	**2.795.078**	**2.590.369**	**8%**
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.044.615)	(1.612.685)	27%
Resultado Bruto	**750.463**	**977.684**	**-23%**
Margem Bruta	27%	38%	
Outras Despesas Operacionais e Resultado de Investimento	(321.740)	(421.005)	-24%
Resultado do serviço e investimento	**428.723**	**556.679**	**-23%**
Depreciação, Amortização e Amortização de Ágio	(148.605)	(148.606)	0%
EBITDA	**577.328**	**705.285**	**-18%**
Margem do EBITDA	21%	27%	
Resultado Financeiro	(19.374)	(21.934)	-12%
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição social	**409.349**	**534.745**	**-23%**
IR e CSLL	(83.689)	(81.554)	3%
Participação Acionistas não Controladores	(45.917)	(63.492)	-28%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	**279.743**	**389.698**	**-28%**
Margem Líquida	10%	15%	

As principais variações ocorridas nos nove primeiros meses do ano foram:

- Receita Bruta

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	REAIS			
	31/03/2013	31/03/2012	VARIAÇÃO	
			R$	%
Residencial	1.288.502	1.295.822	(7.320)	-0,56%
Industrial	324.053	423.018	(98.965)	-23,39%
Comercial	697.908	722.042	(24.134)	-3,34%
Rural	124.757	118.022	6.735	5,71%
Poder Público	155.040	157.715	(2.675)	-1,70%
Iluminação Pública	70.035	74.675	(4.640)	-6,21%
Serviço Público	97.629	113.228	(15.599)	-13,78%
Fornecimento faturado	**2.757.924**	**2.904.522**	**(146.598)**	**-5,05%**
Fornecimento não faturado	(53.523)	27.887	(81.410)	-291,93%
Total Fornecimento	**2.704.401**	**2.932.409**	**(228.008)**	**-7,78%**
Suprimento	231.502	151.752	79.750	52,55%
Subvenção à tarifa social baixa renda	195.922	136.802	59.120	43,22%
Receita de Concessão	43.337	49.939	(6.602)	-13,22%
Receita de Uso da Rede Básica	71.482	54.764	16.718	30,53%
CCEE	28.614	12.438	16.176	130,05%
Receita de Construção	410.306	354.807	55.499	15,64%
Outras Receitas	82.175	46.763	35.412	75,73%
TOTAL GERAL	**3.767.739**	**3.739.674**	**28.065**	**0,75%**

- Deduções da receita bruta

  - Redução dos tributos de ICMS, PIS e COFINS, em decorrência, principalmente, da redução da receita bruta de vendas e/ou serviços nas distribuidoras COELBA e CELPE.

  - Redução do encargo da quota de reserva global de - RGR em função da sua extinção através da lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 e Despacho Aneel nº 34 de 10 de janeiro de 2013

  - Redução do encargo conta consumo de combustível – CCC em função da sua extinção através da lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 e Resolução Homologatória da Aneel nº 1429, de 24 de janeiro de 2013.

Descrição	31/03/13	31/03/12	Variação	%
Deduções da Receita Bruta				
Impostos:				
ICMS	(619.392)	(651.578)	32.186	-4,9%
PIS	(52.350)	(56.795)	4.445	-7,8%
COFINS	(241.311)	(261.632)	20.321	-7,8%
ISS	(1.994)	(2.320)	326	-14,1%
Encargos Setoriais:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(9.549)	(29.447)	19.898	-67,6%
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.348)	(18.864)	13.516	-71,6%
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(16.782)	(100.170)	83.388	-83,2%
Programa de Eficientização Energética - PEE	(9.828)	(9.366)	(462)	4,9%
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(3.537)	(3.744)	207	-5,5%
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.768)	(1.871)	103	-5,5%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(7.586)	(6.221)	(1.365)	21,9%
Encargos do Consumidor - PROINFA	(1.294)	(924)	(370)	40,0%
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	(5.615)	5.615	-100,0%
Outros	(1.924)	(760)	(1.164)	153,2%
Total	**(972.663)**	**(1.149.307)**	**176.644**	**-15,4%**

- Custos de bens e serviços e outras despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais no primeiro trimestre de 2013 apresentaram uma redução de 16,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os principais fatores que contribuíram para este decréscimo estão demonstrados abaixo:

- Crescimento do custo com energia elétrica comprada para revenda, devido ao aumento no volume de energia injetada, em decorrência do crescimento da energia requerida no fornecimento de energia elétrica em conjunto com a elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Além disso, devemos considerar o fato da ONS estar despachando todas as Usinas Térmicas fora da ordem de mérito, visando a segurança do sistema.

- Dos recursos da CDE destinados a cobrir os custos adicionais com risco hidrológico, exposição involuntária e ESS segurança energética, conforme Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013;

- Provisões líquidas - PCLD, variação favorável em decorrência da política de cobrança adotada em 2012 com foco: na atuação da dívida de menor risco de recebimento, na redução do prazo de parcelamento e no aumento do volume das operações de cobrança, impactando no aumento da PCLD no 1º trimestre de 2012.

Descrição	31/03/13	31/03/12	Variação	%
Combustível para produção de energia	(68.128)	(47.252)	(20.876)	44,2%
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(5.092)	(5.090)	(2)	0,0%
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(1.799)	(3.106)	1.307	-42,1%
Energia elétrica comprada para revenda	(1.181.882)	(830.882)	(351.000)	42,2%
Encargos de uso do sistema transmissão	(71.609)	(142.889)	71.280	-49,9%
Total Parcela A	**(1.328.510)**	**(1.029.219)**	**(299.291)**	**29,1%**
Pessoal	(123.784)	(117.344)	(6.440)	5,5%
Administradores	(1.645)	(1.985)	340	-17,1%
Entidade de previdência privada	(5.332)	(6.596)	1.264	-19,2%
Material	(8.251)	(6.223)	(2.028)	32,6%
Serviços de terceiros	(219.794)	(176.322)	(43.472)	24,7%
Arrendamentos e alugueis	(3.169)	(3.067)	(102)	3,3%
Tributos	(5.625)	(4.210)	(1.415)	33,6%
Provisões Líquidas - PCLD	(46.476)	(162.833)	116.357	-71,5%
Provisões Líquidas - Contingências	(4.282)	1.799	(6.081)	-338,0%
Provisões atuariais	105	-	105	0,0%
Outros	(31.800)	(29.044)	(2.756)	9,5%
Total Parcela A	**(450.053)**	**(505.825)**	**55.772**	**-11,0%**
Depreciação e amortização	(148.606)	(126.076)	(22.530)	17,9%
Custo de construção	(418.495)	(354.806)	(63.689)	18,0%
Total custos / despesas	**(2.365.097)**	**(2.033.689)**	**(331.408)**	**16,3%**

A conciliação entre o EBITDA e lucro líquido segue apresentada abaixo:

Conciliação do EBITDA - R$ Mil	Ano		
	2013	2012	Var. %
Lucro Líquido	279.743	389.698	-28%
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	83.689	81.554	3%
Resultado Financeiro	19.374	21.934	-12%
Amortização ágio de investimento	22.710	25.158	-10%
Depreciação e amortização	125.895	123.448	2%
Participações minoritárias	45.917	63.492	-28%
(=) EBITDA	577.328	705.285	-18%

A composição do EBITDA e lucro líquido por empresa controlada acumulado até março de 2013 e 2012:

	Composição do Lucro líquido				Composição do EBITDA			
	31/03/13	% Vertical	31/03/12	% Horizontal	31/03/13	% Vertical	31/03/12	% Horizontal
Controladora (sem equivalência)	32.088		73.882		18.377		313.495	-94%
Distribuidoras:								
COELBA	211.235	79%	163.186	29%	353.806	73%	334.461	6%
CELPE	21.062	8%	50.876	-59%	79.914	17%	115.907	-31%
COSERN	34.918	13%	69.304	-50%	49.776	10%	93.955	-47%
Subtotal	**267.215**	**100%**	**283.366**	**-6%**	**483.496**	**181%**	**544.323**	**-11%**
Geradoras:								
ITAPEBI	19.180	69%	44.745	-57%	33.995	42%	58.334	-42%
TERMOPE	(6.821)	-24%	19.333	-135%	8.354	10%	43.226	-81%
BAGUARI	605	2%	3.871	-84%	5.080	6%	9.530	-47%
GOIÁS SUL	(402)	-1%	2.659	-115%	3.617	4%	7.075	-49%
GERAÇÃO CIII	1.315	5%	3.895	-66%	5.894	7%	8.677	-32%
RIO PCH I	2.692	10%	2.405	12%	6.068	7%	6.926	-12%
BAHIA PCH I	1.996	7%	4.953	-60%	4.937	6%	6.275	-21%
SE NARANDIBA	1.430	5%	582	146%	1.787	2%	1.232	45%
GERAÇÃO CÉU AZUL	-	0%	(3)	-100%	-	0%	(5)	-100%
AFLUENTE G	1.050	4%	2.706	-61%	1.893	2%	3.510	-46%
AFLUENTE T	4.605	17%	5.002	-8%	4.543	6%	4.700	-3%
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(828)	-3%	(1.453)	-43%	(1.056)	-1%	(2.582)	-
NORTE ENERGIA	-	0%	-	-	-	0%	-	-
ENERGYWORKS	2.050	7%	3.445	-	5.389	7%	6.953	-
CAPUAVA	974	3%	1.267	-	1.283	2%	1.457	-
Subtotal	**27.846**	**100%**	**93.407**	**-70%**	**81.784**	**100%**	**155.308**	**-47%**
Outros								
NEOINVEST	(1.208)		(14)	8529%	(1.305)	-5%	(28)	4561%
NC ENERGIA	24.107		17.899	35%	35.161	126%	24.361	44%
NEOSERV	673		907	-26%	1.275	5%	1.623	-21%
Controladora e Consolidado	**279.743**		**389.698**	**-28%**	**577.328**		**705.285**	**-18%**

3. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO CONSOLIDADO:

As empresas do grupo Neoenergia efetuaram novas captações para fins de alongamento do perfil de suas dívidas e financiamento dos programas de investimentos. Destaques para as seguintes negociações ocorridas:

COELBA
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – A Companhia recebeu R$ 9.730 para financiamentos de investimentos realizados em 2012, provenientes do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.10.89.1, assinado em março de 2009 e aditado em novembro de 2009, outubro de 2010, março e novembro de 2011 e agosto de 2012.

CELPE
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R$ 6.520 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010 e março e novembro de 2011 e agosto de 2012.

Eletrobrás: A Companhia recebeu R$ 579 da Eletrobrás para custear a recuperação do seu sistema elétrico, proveniente do contrato de financiamento assinado em outubro de 2010. O contrato tem vencimento em dezembro de

2017, será amortizado em 60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013, com custo de 7% a.a. e juros pagos mensalmente.

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, avais dos Governos Federal e Estadual, notas promissórias e aval do acionista controlador.

COSERN

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – A Companhia recebeu em março de 2013 o montante de R$ 922 para financiamento dos investimentos realizados em 2011 e 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº. 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio, novembro de 2011 e agosto de 2012.

Termopernambuco

Em 28 de fevereiro de 2013, a Companhia registrou em série única a emissão de 9.000 debêntures simples, todas nominativas e escriturais não conversíveis em ações. O valor nominal unitário é de R$ 10, totalizando o volume de R$ 90.000. A remuneração é realizada por CDI + 0,57% ao ano e será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento no dia 28 de agosto de 2013 e o último no dia 28 de agosto de 2016. Adicionalmente, a valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas iguais, semestrais e consecutivas, após o período de carência de 2 (dois) anos contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela paga em 28 de agosto de 2015 e a segunda parcela paga na Data do Vencimento. As debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão.

Em março de 2013 o endividamento total da Companhia era de R$ 6.036 milhões, sendo R$ 1.052 milhão de curto prazo (17,44%) e R$ 4.983 milhões de longo prazo (82,56%).

Os principais indicadores econômico-financeiros estão abaixo apresentados:

Dados Econômico-Financeiros	2013	2012	Variação
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	3.767.741	3.739.676	0,8%
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	2.795.078	2.590.369	7,9%
EBITDA (R$ mil)	577.328	705.285	-18,1%
Resultado do Serviço - EBIT (R$ mil)	428.723	556.679	-23,0%
Resultado Financeiro (R$ mil) - Exceto JSCP	(19.374)	(21.934)	-11,7%
Lucro Líquido (R$ mil)	279.743	389.698	-28,2%
Ativo Total (R$ mil)	22.076.030	21.577.264	2,3%
Dívida Bruta (R$ mil) *	6.036.359	6.234.889	-3,2%
Dívida Líquida (R$ mil) **	1.688.344	2.249.827	-25,0%
Patrimônio Líquido (R$ mil)	11.735.413	11.445.834	2,5%
Indicadores Econômico-Financeiros			
Margem EBITDA	20,7%	27,2%	-6,57 p.p
Margem EBIT	15,3%	21,5%	-6,15 p.p
Margem Líquida	10,0%	15,0%	-5,04 p.p
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	29,8	32,2	-7,3%
Dívida Bruta/EBITDA***	2,6	2,2	18,3%
Dívida Líquida/EBITDA***	0,7	0,8	-8,3%
Índice de Endividamento Líquido (D.Bruta / (D.Bruta+PL))	34,0%	35,3%	-1,3 p.p
Ações			
Valor Patrimonial da Ação (R$)	2,01	1,89	6,3%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R$)	0,05	0,27	-82,0%

* Dívida líquida dos depósitos em garantia
** Dívida líquida de disponibilidades
*** EBITDA 12 meses
p.p - Pontos Percentuais

Quantidade de ações	5.850.636	5.850.636

DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

31 DE MARÇO DE 2013

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12 Reapresentado
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	(8)	2.773.551	2.803.859	3.839.346	3.770.684
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(9)	62	62	1.776.055	2.056.384
Títulos e valores mobiliários	(10)	87.345	124.719	138.556	182.063
Impostos e Contribuições a recuperar	(12)	86.109	108.708	448.752	452.546
Estoques		-	-	23.934	24.648
Recursos CDE	(11)	-	-	335.262	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	28.966	13.759
Entidade de previdência privada		-	-	7.628	10.351
Serviços em curso	(14)	-	-	71.227	68.071
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(19)	-	-	35.968	34.699
Outros ativos circulantes	(16)	10.163	10.147	112.409	108.109
TOTAL DO CIRCULANTE		2.957.230	3.047.495	6.818.103	6.721.314
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(9)	-	-	549.818	582.295
Títulos e valores mobiliários	(10)	-	-	34.851	32.315
Impostos e contribuições a recuperar	(12)	-	-	106.240	108.219
Partes relacionadas	(33)	94.291	34.525	2.202	1.920
Dividendos a receber		190.894	185.876	6.120	564
Juros sobre capital próprio a receber		154.326	154.326	-	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	(13)	28.197	27.728	695.576	676.708
Depósitos judiciais	(15)	122.630	121.247	385.767	378.058
Entidade de previdência privada		-	-	35.330	18.172
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(19)	-	-	2.805.562	2.580.049
Outros ativos não circulantes	(16)	15.182	15.182	22.363	22.420
Investimentos	(17)	8.363.053	8.064.099	1.168.885	1.067.046
Investimentos em coligadas e controladas		8.363.053	8.064.099	1.149.604	1.047.713
Outros investimentos		-	-	19.281	19.333
Imobilizado	(18)	26.332	26.567	2.672.940	2.669.550
Intangível	(20)	47.662	48.302	6.772.273	6.718.634
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.042.567	8.677.852	15.257.927	14.855.950
TOTAL DO ATIVO		11.999.797	11.725.347	22.076.030	21.577.264

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais--Continuação
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
PASSIVO		31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12 Reapresentado
CIRCULANTE					
Fornecedores	(21)	1.754	2.078	1.317.474	1.047.609
Empréstimos e financiamentos	(22)	1.005	1.006	729.046	680.184
Debêntures	(23)	-	-	323.837	436.551
Salários e encargos a pagar	(24)	4.050	4.036	101.136	93.075
Taxas regulamentares	(25)	-	-	86.735	97.681
Impostos e contribuições a recolher	(26)	16.865	32.858	411.247	392.489
Dividendos e juros sobre capital próprio		142.937	142.937	189.347	190.658
Provisões	(27)	13	13	97.775	65.698
Entidade de previdência privada		-	-	15.044	16.298
Partes relacionadas	(33)	56	56	-	-
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	2.974	2.974
Outros passivos circulantes	(28)	37	-	325.515	272.041
TOTAL DO CIRCULANTE		166.717	182.984	3.600.130	3.295.258
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	(21)	-	-	67.733	66.435
Empréstimos e financiamentos	(22)	4.679	4.925	4.157.016	4.333.428
Debêntures	(23)	-	-	826.460	784.726
Taxas regulamentares	(25)	-	-	42.481	53.129
Impostos e contribuições a recolher	(26)	-	-	10.755	10.219
Impostos e contribuições sociais diferidos	(13)	-	-	8.162	6.537
Provisões	(27)	92.988	91.604	317.318	308.449
Entidade de previdência privada		-	-	351.808	349.109
Partes relacionadas	(33)	-	-	723	-
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	21.571	21.394
Outros passivos não circulantes	(28)	-	-	57.457	70.931
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		97.667	96.529	5.861.484	6.004.357
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(29)				
Capital social		4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Reservas de capital		2.288	2.288	2.288	2.288
Reservas de lucro		6.770.844	6.770.844	6.770.844	6.770.844
Outros resultados abrangentes		(27.947)	(37.783)	(27.947)	(37.783)
Proposta de distribuição de dividendos adicional		14.598	14.598	14.598	14.598
Lucro/Prejuízo acumulado		236.605	(43.138)	236.605	(43.138)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.735.413	11.445.834	11.735.413	11.445.834
Participação dos não controladores				879.003	831.815
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO				12.614.416	12.277.649
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.999.797	11.725.347	22.076.030	21.577.264

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado
Períodos findos em 31 de março
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/13	31/03/12 Reclassificado	31/03/13	31/03/12 Reclassificado
RECEITA LÍQUIDA	(30)	**913**	**738**	**2.795.078**	**2.590.368**
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(31)	**-**	**-**	**(2.044.615)**	**(1.612.684)**
LUCRO BRUTO		**913**	**738**	**750.463**	**977.684**
Despesas com vendas	(31)	-	-	(163.518)	(283.088)
Despesas gerais e administrativas	(31)	(5.745)	(3.851)	(138.789)	(120.154)
Resultado de participações societárias		247.655	315.815	(19.433)	(17.763)
Equivalência patrimonial	(17)	270.074	340.973	3.277	7.395
(-) Provisão para desvalorização de investimento	(17)	-	-	-	-
Amortização de ágio	(17)	(22.419)	(25.158)	(22.710)	(25.158)
LUCRO OPERACIONAL		**242.823**	**312.702**	**428.723**	**556.679**
Receitas financeiras	(32)	49.239	78.273	211.298	232.314
Despesas financeiras	(32)	(2.452)	(1.774)	(230.672)	(254.250)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**289.610**	**389.201**	**409.349**	**534.743**
Imposto de renda e contribuição social	(13)	**(9.867)**	**496**	**(83.689)**	**(81.554)**
Corrente	(13)	(10.335)	-	(190.641)	(135.842)
Diferido	(13)	468	496	33.979	(1.193)
Imposto de renda - SUDENE	(13)	-	-	84.386	68.023
Amortização ágio e reversão PMIPL	(13)	-	-	(11.413)	(12.542)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		**279.743**	**389.697**	**325.660**	**453.189**
Participações dos acionistas não controladores		-	-	**(45.917)**	**(63.492)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**279.743**	**389.697**	**279.743**	**389.697**
LUCRO BÁSICO DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ordinária		0,05	0,07	0,05	0,07

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Períodos findos em 31 de março
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Lucro do período	**279.743**	**389.697**	**325.660**	**453.189**
Outros resultados abrangentes				
Ganho / (Perda) sobre ativos financeiros da concessão	-	7.422	-	8.557
Tributos s/ ganhos / (perdas) sobre ativos financeiros da concessão	-	(2.523)	-	(2.909)
Ganho / (Perda) sobre atuarial do plano de benefício definido - CPC 33	14.903	46.830	16.829	52.942
Tributos s/ ganhos / (perdas) atuarial do plano de benefício definido - CPC 33	(5.067)	(15.923)	(5.722)	(18.001)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**9.836**	**35.806**	**11.107**	**40.589**
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**289.579**	**425.503**	**336.767**	**493.778**
Atribuível a:				
Acionistas controladores	289.579	425.503	289.579	425.503
Acionistas não controladores	-	-	47.188	68.275

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

Controladora:

	Atribuível aos Acionistas Controladores									
			Reservas de Lucros							
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.739.025	2.288	493.683	5.551.907	61.400	(43.715)	194.023	10.998.611	762.481	11.761.092
Aprovação de dividendos propostos										
Lucro líquido do exercício						389.697	-	389.697	63.492	453.189
Ganho sobre ativo disponível para a venda					4.899		-	4.899	749	5.648
Ganho / (Perda) sobre atuarial do plano de benefício definido - CPC 33					30.907		-	30.907		30.907
Destinações:										
Juros sobre capital próprio						(78.985)		(78.985)		(78.985)
Saldos em 31 de março de 2012	4.739.025	2.288	493.683	5.551.907	97.206	266.997	194.023	11.345.129	826.722	12.171.851

			Reservas de Lucros								
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros não Realizados	Reserva de Retenção de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	4.739.025	2.288	556.907	61.400	6.152.537	(37.783)	(43.138)	14.598	11.445.834	831.815	12.277.649
Aprovação de dividendos propostos									-		-
Lucro líquido do exercício							279.743		279.743	45.917	325.660
Perda sobre atuarial do plano de benefício definido						9.836			9.836	1.271	11.107
Saldos em 31 de Março de 2013	4.739.025	2.288	556.907	61.400	6.152.537	(27.947)	236.605	14.598	11.735.413	879.003	12.614.416

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

Consolidada:

	Atribuível aos Acionistas Controladores									
			Reservas de Lucros							
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.739.025	2.288	493.683	5.551.907	61.400	(43.715)	194.023	10.998.611	762.481	11.761.092
Aprovação de dividendos propostos										
Lucro líquido do exercício						389.697	-	389.697	63.492	453.189
Ganho sobre ativo disponível para a venda					4.899		-	4.899	749	5.648
Ganho / (Perda) sobre atuarial do plano de benefício definido - CPC 33					30.907		-	30.907		30.907
Destinações:										
Juros sobre capital próprio						(78.985)		(78.985)		(78.985)
Saldos em 31 de março de 2012	4.739.025	2.288	493.683	5.551.907	97.206	266.997	194.023	11.345.129	826.722	12.171.851

			Reservas de Lucros								
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros não Realizados	Reserva de Retenção de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	4.739.025	2.288	556.907	61.400	6.152.537	(37.783)	(43.138)	14.598	11.445.834	831.815	12.277.649
Aprovação de dividendos propostos									-		-
Lucro líquido do exercício							279.743		279.743	45.917	325.660
Perda sobre atuarial do plano de benefício definido						9.836			9.836	1.271	11.107
Saldos em 31 de Março de 2013	4.739.025	2.288	556.907	61.400	6.152.537	(27.947)	236.605	14.598	11.735.413	879.003	12.614.416

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de março
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/13	31/03/12 Reclassificado	31/03/13	31/03/12 Reclassificado
Lucro líquido do período (antes dos impostos)		289.610	389.201	409.349	534.743
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Depreciação e amortização	(18 e 20)	793	795	151.773	126.076
Equivalência patrimonial	(17)	(270.074)	(340.973)	(3.277)	(7.395)
Amortização de ágio, líquida	(17)	22.419	25.158	22.710	25.158
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras		1.500	134	153.880	159.267
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(19)	-	-	(3.381)	(2.547)
Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado		311	-	(7.256)	2.582
Provisão para plano de benefício pós emprego		-	-	3.863	-
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas		-	28	14.760	10.368
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	30.335	145.669
		44.559	74.343	772.756	993.921
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS					
Contas a receber de clientes e outros		-	(62)	157.286	(34.458)
IR e CSLL a Recuperar		15.482	13.991	(17.782)	(23.214)
Impostos e contribuições a recuperar		1	(56)	12.235	(7.290)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio		46	42.369	-	-
Estoques		-	-	714	128
Recursos CDE		-	-	(228.476)	-
Depósitos judiciais		(1.383)	(1.443)	(7.246)	(12.779)
Despesas pagas antecipadamente		-	-	(15.207)	(12.816)
Entidade de previdência privada		-	-	1.995	2.420
Partes relacionadas		(59.766)	20.470	16.763	30.241
Concessão serviço público (ativo financeiro)		-	-	-	299
Outros ativos		(18)	(8)	(123.251)	(59.258)
		(45.638)	75.261	(202.969)	(116.727)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS					
Fornecedores		(324)	(516)	405.723	(5.139)
Salários e encargos a pagar		14	174	8.061	13.545
Encargos de dívidas e swap pagos	(22 e 23)	(116)	-	(96.403)	(84.857)
Taxas regulamentares			-	(21.595)	33.930
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(13)	-	(5.053)	(11.625)	37.415
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL		(19.212)	(4.420)	(66.569)	(56.435)
Partes relacionadas		-	(1.000)	-	-
Indenizações/contingências pagas		-	-	(7.565)	(11.938)
Entidade de previdência privada		-	-	(13.578)	(6.621)
Outros passivos		37	63	18.248	(60.934)
		(19.601)	(10.752)	214.697	(141.034)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(20.680)	138.852	784.484	736.160

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (continuação)
Períodos findos em 31 de março
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/13	31/03/12 Reclassificado	31/03/13	31/03/12 Reclassificado
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO					
Integralização de capital em investidas		(46.527)	(146.999)	(44.527)	(146.999)
Aquisição de investimentos	(17)	-	-	(59.948)	(3.862)
Alienação de bens do ativo permanente		-	-	-	-
Aquisição de imobilizado	(18)	(72)	-	(15.982)	(9.061)
Aquisição de intangível	(20)	(157)	(2.036)	(405.147)	(388.986)
Concessão serviço público (ativo financeiro)	(19)	-	-	(11.799)	(85)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(10)	37.374	(590.118)	17.521	(925.818)
Resgate de títulos e valores mobiliários	(10)	-	-	46.109	81.477
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(9.382)	(739.153)	(473.773)	(1.393.334)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO					
Aumento(Redução) de capital		-	-	-	17.870
Captação de empréstimos e financiamentos	(22)	-	-	62.891	70.490
Captação de debêntures	(23)	-	-	90.000	-
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(22)	(246)	(135)	(228.007)	(147.479)
Amortização do principal de debêntures	(23)	-	-	(176.523)	(99.011)
Obrigações vinculadas		-	-	9.606	47.166
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(24)	-	(139.951)	(16)	(148.374)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(246)	(140.086)	(242.049)	(259.338)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(30.308)	(740.387)	68.662	(916.512)
Caixa e equivalentes no início do exercício		2.803.859	3.150.422	3.770.684	4.031.661
Caixa e equivalentes no final do exercício		2.773.551	2.410.035	3.839.346	3.115.149
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		(30.308)	(740.387)	68.662	(916.512)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Períodos findos em 31 de março
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/12 (Reclassificado)	31/03/2013	31/03/12 (Reclassificado)
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	1.037	813	3.767.741	3.739.675
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(46.476)	(162.832)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(6.591)	(3.815)
	1.037	813	3.714.674	3.573.028
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(1.174.476)	(830.882)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	-	-	(71.842)	(142.891)
Matérias-primas consumidas	-	-	(68.354)	(1.407)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(1.905)	(1.829)	(677.459)	(612.771)
	(1.905)	(1.829)	(1.992.131)	(1.587.951)
Valor adicionado bruto	(868)	(1.016)	1.722.543	1.985.077
Depreciação e amortização	(23.212)	(25.953)	(172.185)	(151.234)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(24.080)	(26.969)	1.550.358	1.833.843
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	49.239	78.273	211.298	232.323
Resultado de equivalência patrimonial	270.074	340.973	3.277	7.394
	319.313	419.246	214.899	239.717
Valor adicionado total a distribuir	295.233	392.277	1.765.257	2.073.560
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	42	(41)	68.623	72.794
Encargos sociais (exceto INSS)	4	4	16.165	14.907
Entidade de previdência privada	21	66	5.332	6.595
Auxílio alimentação	2	22	8.108	7.600
Convênio assistencial e outros benefícios	-	-	2.792	2.320
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	-	5.719	3.925
Provisão para férias e 13º salário	10	8	16.467	16.705
Plano de saúde	11	34	5.420	5.447
Indenizações trabalhistas	-	-	2.585	506
Participação nos resultado	-	-	7.938	9.472
Administradores	2.325	826	3.850	2.836
Encerramento de ordem em curso	-	-	1.022	501
(-) Transferência para ordens	-	-	(31.165)	(34.758)
Outros	492	95	737	628
	2.907	1.014	113.593	109.478
. Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	-	181	17.168	16.453
ICMS	-	-	618.396	651.580
PIS/COFINS sobre faturamento	124	75	300.406	318.425
Imposto de renda e contribuição social	9.867	(496)	83.689	81.559
Obrigações intra-setoriais	-	-	64.507	179.162
Outros	130	21	7.619	6.530
	10.121	(219)	1.091.785	1.253.709
. Financiamentos				
Juros e variações cambiais	2.452	1.774	229.205	252.419
Aluguéis	10	12	3.222	2.942
Outros	-	-	1.792	1.824
	2.462	1.786	234.219	257.185
. Acionistas				
Juros sobre capital próprio	-	78.985	-	78.985
Reserva de lucros a realizar	279.743	310.711	279.743	310.711
Participação dos não controladores	-	-	45.917	63.492
	279.743	389.696	325.660	453.188
Valor adicionado distribuído	295.233	392.277	1.765.257	2.073.560

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NEOENERGIA S.A. ("NEOENERGIA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas, empresas com controle conjunto e em coligadas. Segue relação de participações segregadas por atividade de negócio:

		Percentual da Participação (%)			
		31/03/13		31/12/12	
Empresas Controladas	Ref	Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO					
COELBA		87,84	-	87,84	-
CELPE		89,65	-	89,65	-
COSERN		84,47	-	84,45	-
GERAÇÃO					
AFLUENTE GERAÇÃO		87,84	-	87,84	-
BAGUARI I		99,99	0,01	99,99	0,01
BAHIA PCH I		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA		51,00	-	51,00	-
GERAÇÃO CIII		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA CORUMBA III		-	15,58	-	15,58
GOIÁS SUL		99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI		42,00	-	42,00	-
RIO PCH I		70,00	-	75,00	-
TERMOAÇU		23,13	-	23,13	-
TERMOPERNAMBUCO		99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01
NORTE ENERGIA	(a)	-	10,00	-	10,00
TELES PIRES ENERGIA EFICIENTE		-	50,10	50,10	-
ENERGYWORKS		99,99	0,01	-	-
CAPUAVA		-	100,00	-	-
CALANGO I	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO II	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO III	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO IV	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO V	(a)	-	50,00	50,00	-
MEL II	(a)	-	50,00	50,00	-
ARIZONA I	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ I	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ II	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ III	(a)	-	50,00	50,00	-
TRANSMISSÃO					
AFLUENTE TRANSMISSÃO		87,84	-	87,84	-
SE NARANDIBA		99,99	0,01	99,99	0,01
COMERCIALIZAÇÃO					
NC ENERGIA		100,00	-	100,00	-
OUTROS					
NEOINVEST		99,99	0,01	99,99	0,01
NEOSERVIÇOS	(b)	90,65	9,35	1,00	99,00
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(c)	99,00	1,00	-	-
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(c)	50,55	-	100,00	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(c)	50,00	-	50,00	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(c)	-	50,00	-	-

(a) Empresas constituídas para construção de novos empreendimentos em geração ou transmissão, os quais se encontram em fase pré-operacional.

(b) Participação através da NC Energia. Vide nota explicativa nº 14.

(c) Empresas de propósito específico para participação em empresas de geração. Vide nota explicativa nº 14.

	Percentual da Participação (%)			
	31/03/13		31/12/12	
Sociedades de Propósito Específico ("SPEs")	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Garter Properties INC.	100,00	-	100,00	-
BB Polo 28 Fundo de Investimento Renda Fixa	100,00	-	100,00	-
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Recife	100,00	-	100,00	-
Salvador Renda Fixa Fundo de Investimento	100,00	-	100,00	-
Fundo de Investimento CAIXA Natal Renda Fixa Longo Prazo	100,00	-	100,00	-

2. CONCESSÕES

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões, autorizações/permissões de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

Distribuição	Número de Municípios	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
COELBA	415	Estado da Bahia	08/08/97	07/08/27
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Estado da Paraíba	30/03/00	30/03/30
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	30/12/27

Transmissão	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
SPE SE Narandiba S.A. (SE Narandiba)	Estado da Bahia	28/01/09	28/01/39
SPE SE Narandiba S.A. (SE Extremoz)	Estado do Rio Grande do Norte	10/05/12	10/05/42
SPE SE Narandiba S.A. (SE Brumado)	Estado da Bahia	27/08/12	28/08/42

Comercialização	Localidade	Data de Autorização
NC ENERGIA	Rio de Janeiro	16/08/2000

Geração em Operação	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão Autorização	Data de Vencimento
COELBA							
Belmonte	Termelétrica - UTE	Belmonte - BA	1,5 MW	Somente em caráter emergencial	-	29/08/05	Indeterminado
Ilha Grande	Termelétrica - UTE	Camamu - BA	1,7 MW	1,2 MW	1,2 MW	08/08/97	07/08/27
AFLUENTE							
Alto Fêmeas I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - São Desidério - BA	10,6 MW	9,0 MW	9,0 MW	06/08/97	08/08/27
Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH	Rio Correntina - BA	8 MW	7,22 MW	8,0 MW	08/08/97	07/08/27
ITAPEBI	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	462 MW	214,3 MW	214,3 MW	28/05/99	27/05/34
TERMOPERNAMBUCO	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	532,721 MW	504,12 MW	455 MW	18/12/00	17/12/30
CELPE							
Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,08 MW		1,6 MW	21/12/89	21/12/19
TERMOAÇU	Termelétrica - UTE	Alto do Rodrigues - RN	368 MW	331 MW	266 MW	09/07/01	08/07/31
RIO PCH I							
Pedra do Garrafão	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	19 MW	11,91 MW	11 MW	18/12/02	17/12/32
Pirapetinga	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	20 MW	12,71 MW	11 MW	18/02/02	17/12/32
GOIAS SUL							
Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	21 MW	12,37 MW	12 MW	18/02/04	17/04/34
Goiandira	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	27 MW	17,09 MW	16 MW	18/12/02	17/12/32
BAGUARI I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140 MW	80 MW	39,27 MW	15/08/06	14/08/41
GERAÇÃO CIII							
Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	96,4 MW	50,9 MW	30,54 MW	07/11/01	06/11/36
BAHIA PCH I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - BA	25 MW	19,6 MW	19 MW	10/12/99	09/12/29
DARDANELOS	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261 MW	154,9 MW	147 MW	03/07/07	02/07/42
ENERGYWORKS							
Kaiser Jacareí	Termelétrica - UTE	Av. Pres.Humberto de Alencar - SP	10,4 MW (*)	7,9 MW	7,9 MW	1998	2028
Kaiser Pacatuba	Termelétrica - UTE	Rodoviária Ceará - CE	5,6 MW (*)	2,9 MW	2,9 MW	1998	-
Corn Mogi	Termelétrica - UTE	Rua Paula Bueno - SP	34,9 MW (*)	30,0 MW	30,0 MW	2003	2031
Corn Balsa	Termelétrica - UTE	Rua Francisco Manuel da Cruz - PR	10,7 MW (*)	8,7 MW	8,7 MW	2002	2031
Brahma Rio	Termelétrica - UTE	Antiga estrada Rio São Paulo - RJ	14,7 MW (*)	11,6 MW	11,6 MW	1999	2028

Geração em Construção	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (Mwmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
BAIXO IGUAÇU	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350 MW	172,8 MW	121 MW	-	-
Belo Monte	Hidrelétrica - UHE	Rio Xingu - PA	11.233 MW	4.571 MW	3459,95 MW	26/08/10	26/08/45
TELES PIRES	Hidrelétrica - UHE	Rio Teles Pires - MT	1.819,8 MW	915,4 MW	778,1 MW	07/06/11	06/06/46
PARQUES EÓLICOS							
Arizona 01	Eólica	Rio do Fogo - RN	28 MW	12,9 MW	-	03/03/11	03/03/46
Mel 2	Eólica	Areia Branca - RN	20 MW	9,8 MW	-	24/02/11	24/02/46
Caetité 1	Eólica	Caetité - BA	30 MW	13,3 MW	-	-	-
Caetité 2	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	04/02/11	04/02/46
Caetité 3	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	23/02/11	23/02/46
Calango 1	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,9 MW	-	-	-
Calango 2	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	11,9 MW	-	-	-
Calango 3	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,0 MW	-	-	-
Calango 4	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	12,8 MW	-	-	-
Calango 5	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,7 MW	-	-	-

(*) Cogeradoras que garantem o fornecimento em contratos bilaterais.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A demonstração contábil intermediária contempla os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

A demonstração contábil intermediária individual da Companhia relativa aos três meses findos em 31 de março de 2013 foi elaborada e está apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empresas com controle em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

A demonstração contábil intermediária consolidada da Companhia relativa aos três meses findos em 31 de março de 2013 foi elaborada e está apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Adicionalmente informamos que essas demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas sem a reinserção de algumas notas explicativas, que já foram divulgadas na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Entretanto, todas as alterações relevantes ocorridas nesse período serão indicadas. Acrescentamos também que algumas informações da Controladora foram suprimidas, pois na opinião da administração, os dados consolidados são mais esclarecedores para evidenciação da situação patrimonial da Companhia. Dessa forma, essas informações devem ser lidas conjuntamente com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração da demonstração contábil intermediária em 13 de maio de 2013 as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

4. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas e as metodologias de cálculo na preparação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas e individuais são as mesmas descritas na nota explicativa nº 03 das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, exceto pela adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto que estão demonstradas na nota 7.

5. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data dessas informações intermediárias, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro são as mesmas já apontadas levantadas na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. São elas as seguintes:

- Bifurcação dos Bens da Concessão do Serviço Público – Ativo Financeiro Indenizável e Ativo Intangível;
- Contratos de Construção;
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros;
- Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas;
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Benefícios pós-emprego.

Os detalhamentos dos itens enumerados acima podem ser encontrados na nota explicativa nº 5 da demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

6. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

A demonstração contábil intermediária consolidada foi preparada de acordo com as praticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e é composta pelas informações trimestrais da Neoenergia e de todas as suas investidas controladas abaixo relacionadas:

	Percentual da Participação (%)			
	31/03/13		31/12/12	
Empresas Controladas	Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO				
COELBA	87,84	-	87,84	-
CELPE	89,65	-	89,65	-
COSERN	84,47	-	84,45	-
GERAÇÃO				
AFLUENTE GERAÇÃO	87,84	-	87,84	-
BAGUARI I	99,99	0,01	99,99	0,01
BAHIA PCH I	99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	51,00	-	51,00	-
GERAÇÃO CIII	99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA CORUMBA III	-	15,58	-	15,58
GOIÁS SUL	99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI	42,00	-	42,00	-
RIO PCH I	70,00	-	75,00	-
TERMOAÇU	23,13	-	23,13	-
TERMOPERNAMBUCO	99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CÉU AZUL	99,99	0,01	99,99	0,01
NORTE ENERGIA	-	10,00	-	10,00
TELES PIRES ENERGIA EFICIENTE	-	50,10	50,10	-
ENERGYWORKS	99,99	0,01	-	-
CAPUAVA	-	100,00	-	-
CALANGO I	-	50,00	50,00	-
CALANGO II	-	50,00	50,00	-
CALANGO III	-	50,00	50,00	-
CALANGO IV	-	50,00	50,00	-
CALANGO V	-	50,00	50,00	-
MEL II	-	50,00	50,00	-
ARIZONA I	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ I	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ II	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ III	-	50,00	50,00	-
TRANSMISSÃO				
AFLUENTE TRANSMISSÃO	87,84	-	87,84	-
SE NARANDIBA	99,99	0,01	99,99	0,01
COMERCIALIZAÇÃO				
NC ENERGIA	100,00	-	100,00	-
OUTROS				
NEOINVEST	99,99	0,01	99,99	0,01
NEOSERVIÇOS	90,65	9,35	1,00	99,00
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	99,00	1,00	-	-
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	50,55	-	100,00	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	50,00	-	50,00	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	-	50,00	-	-

Nesse trimestre não houve alteração significativas na participação da Neoenergia em suas investidas diretas ou indiretas.

A Companhia em conformidade com a Deliberação CVM nº 694 de 2012, que determinou a aplicação do CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto para o exercício iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013. O normativo prevê que os empreendimentos com controle conjunto devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não mais consolidadas proporcionalmente. Essa mudança acarretou alterações nas demonstrações contábeis intermediárias originalmente apresentadas do primeiro trimestre de 2012. Esses ajustes estão demonstrados na nota explicativa nº 7.

Os critérios contábeis adotados na apuração das informações das controladas foram aplicados uniformemente. As principais práticas de consolidação adotadas foram:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Para fins de apresentação da demonstração contábil intermediária consolidada, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos, o qual é atribuído à concessão, foi classificado no ativo intangível. Adicionalmente, houve a reclassificação dos gastos auferidos e capitalizados na controladora para realização de projetos de suas controladas, principalmente de térmicas já em operação. Esses gastos no consolidado foram alocados juntamente aos ativos atribuíveis construídos, considerados no imobilizado.

7. REAPRESENTAÇÃO DAS CIFRAS COMPARATIVAS

Os Pronunciamentos Técnicos CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, devem ser adotados a partir de 1º de janeiro de 2013. Uma vez que a adoção destes pronunciamentos é uma mudança de prática, a qual deve ser retrospectiva conforme IAS 8 / CPC 23, a Companhia e suas controladas estão reapresentando, para fins de comparação, os montantes do primeiro trimestre de 2012 e o saldo de 31 de dezembro de 2012.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas alteraram, em 2012, a forma de interpretação e da contabilização de gastos em estudos e projetos. Desta forma, a Companhia e suas controladas estão demonstrando estes reflexos nestas informações

contábeis intermediárias e ajustando os saldos de 31 de dezembro de 2012 para as bases comparativas. A comparação entre os saldos originalmente apresentados e os saldos ajustados está demonstrado a seguir:

A comparação entre os saldos originalmente apresentados e os saldos ajustados está demonstrada a seguir:

a) Balanço Patrimonial Consolidado

	Consolidado					
	31/12/2012					
	Publicado	Adoção retrospectiva - Negócios em conjunto - CPC 19 (R2)	Adoção retrospectiva - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1)	Outros ajustes (a)	Outros ajustes (b)	Reclassificado
ATIVO						
CIRCULANTE	7.253.461	(534.132)	-	1.985	-	6.721.314
NÃO CIRCULANTE	16.100.906	(1.213.882)	14.850	(19.906)	(26.018)	14.855.950
ATIVO TOTAL	**23.354.367**	**(1.748.014)**	**14.850**	**(17.921)**	**(26.018)**	**21.577.264**
PASSIVO						
CIRCULANTE	3.453.164	(157.105)	-	(801)	-	3.295.258
NÃO CIRCULANTE	7.341.097	(1.401.087)	64.347	-	-	6.004.357
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.560.106	(189.822)	(49.497)	(17.120)	(26.018)	12.277.649
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	**23.354.367**	**(1.748.014)**	**14.850**	**(17.921)**	**(26.018)**	**21.577.264**

(a) Em 2013, foram identificados ajustes de exercícios anteriores na NEOINVEST, relacionados à retificação de lançamentos referentes, principalmente, a capitalização de gastos com estudos e projetos e impostos diferidos, no montante de R$ (17.120), dos quais R$ 577 se referem ao exercício de 2012 e R$ (17.697) se referem exercícios anteriores.

(b) Em 2013, foram identificados ajustes de exercícios anteriores da TERMOAÇU, relacionados à retificação de equivalência patrimonial, não reconhecida em exercícios anteriores no valor de R$ (26.018).

b) Demonstração de Resultados Consolidado

	Consolidado		
	31/03/2012		
	Publicado	Adoção retrospectiva - Negócios em conjunto - CPC 19 (R2)	Reclassificado
RECEITA LÍQUIDA	**2.629.545**	**(39.177)**	**2.590.368**
CUSTO DO SERVIÇO	(1.722.287)	109.603	(1.612.684)
LUCRO BRUTO	**907.258**	**70.426**	**977.684**
Despesas com vendas	(181.922)	(101.166)	(283.088)
Despesas gerais e administrativas	(122.039)	1.885	(120.154)
Resultado de participações societárias	**(27.644)**	**9.881**	**(17.763)**
Equivalência Patrimonial	(2.486)	9.881	7.395
Amortização de Ágio	(25.158)	-	(25.158)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	**575.653**	**(18.974)**	**556.679**
Receita financeira	237.798	(5.484)	232.314
Despesa financeira	(265.536)	11.286	(254.250)
LUCRO ANTES DO IMPOSTOS	**547.915**	**(13.172)**	**534.743**
Imposto de renda e contribuição social	**(87.823)**	**6.269**	**(81.554)**
Corrente	(142.111)	6.269	(135.842)
Diferido	(1.193)	-	(1.193)
Imposto de renda - SUDENE	68.023	-	68.023
Amortização ágio e reversão PMIPL	(12.542)	-	(12.542)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	**460.092**	**(6.903)**	**453.189**
Participações minoritárias	(70.395)	6.903	(63.492)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**389.697**	**-**	**389.697**

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12 Reclassificado
Caixa e depósitos bancários à vista	271	73	73.179	63.365
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.632.201	1.197.621	1.679.830	1.242.903
Fundos de investimento	1.141.079	1.606.165	2.086.337	2.462.452
	2.773.551	2.803.859	3.839.346	3.768.720

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB´s, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB´s, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 97% a 103,5%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

As contas a receber de clientes e demais contas a receber estão compostas da seguinte forma:

	Ref.	31/03/13	31/12/12 Reclassificado
Consumidores	(a)	2.814.675	3.013.188
Títulos a receber	(b)	111.485	141.383
Comercialização de energia na CCEE	(c)	92.847	132.045
Disponibilização do sistema de distribuição		43.670	49.884
Serviços prestados a terceiros		17.921	19.090
Serviços taxados e adminstrativos		65.018	66.560
Subvenções	(d)	113.697	103.821
Outros créditos		61.254	73.776
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(994.694)	(961.068)
Total		2.325.873	2.638.679
Circulante		1.776.055	2.056.384
Não circulante		549.818	582.295

a) Consumidores

	Consolidado						
	Saldos vencidos			Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/03/13	31/12/12 Reclassificado	31/03/13	31/12/12 Reclassificado
Setor Privado							
Residencial	333.454	220.537	650.599	1.204.590	1.258.094	(701.752)	(678.084)
Industrial	110.000	14.731	98.238	222.969	262.379	(75.187)	(72.837)
Comercial, serviços e outras	209.481	54.595	111.072	375.148	424.401	(67.285)	(68.836)
Rural	52.917	18.770	89.918	161.605	170.088	(46.090)	(45.218)
	705.852	308.633	949.827	1.964.312	2.114.962	(890.314)	(864.975)
Setor Público							
Poder público							
Federal	14.376	1.856	3.781	20.013	21.968	(1.715)	(1.638)
Estadual	159.926	12.354	1.826	174.106	168.650	(1.184)	(1.106)
Municipal	158.373	17.660	30.459	206.492	206.848	(24.261)	(23.770)
	332.675	31.870	36.066	400.611	397.466	(27.160)	(26.514)
Iluminação pública	32.868	11.777	16.768	61.413	67.852	(7.517)	(3.095)
Serviço público	55.039	8.363	18.591	81.993	92.453	(8.034)	(7.783)
Fornecimento não faturado	306.346	-	-	306.346	340.455	-	-
Consumidores	1.432.780	360.643	1.021.252	2.814.675	3.013.188	(933.025)	(902.367)
Circulante				2.332.281	1.220.843	(918.918)	(886.646)
Não circulante				482.394	1.792.345	(14.107)	(15.721)

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Títulos a receber

Referem-se às contas de fornecimento de energia das empresas geradoras e comercializadoras com os diversos agentes de mercado.

	Consolidado						
	Saldos	Vencidos		Total		PCLD	
	vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/03/13	31/12/12 Reclassificado	31/03/13	31/12/12 Reclassificado
Setor público	40	190	89	319	820	(27)	(27)
Setor privado	82.208	18.735	10.223	111.166	140.563	(17.881)	(17.031)
Total	82.248	18.925	10.312	111.485	141.383	(17.908)	(17.058)
Circulante				9.745	28.097	(2.541)	(2.360)
Não circulante				101.740	113.286	(15.367)	(14.698)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado e os valores líquidos da PCLD são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização as Companhias constituíram Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(d) Subvenção à Baixa Renda – Tarifa Social

O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pelas distribuidoras do Grupo e submetidas à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia entendeu ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consolidado			
	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (reclassificado)	(902.367)	(17.058)	(41.643)	(961.068)
Adições	(65.968)	(1.844)	(2.244)	(70.056)
Reversões	33.895	994	126	35.015
Baixados a reserva	1.415	-	-	1.415
Saldos em 31 de março de 2013	(933.025)	(17.908)	(43.761)	(994.694)

Nas Distribuidoras do Grupo duas mudanças impactaram nas estratégias de cobrança das Companhias: as decorrentes das regras comerciais promovidas pela resolução ANEEL 414/10, que estabeleceu restrições aos cortes de consumidores inadimplentes; e os reflexos da Lei 12.212/10 e Decreto 7.583/11, que impactaram a política de diferenciação de tarifas existente para o grupo baixa renda. Antes era considerando tão somente o consumo em kWh ou a auto declaração, para determinar se o cliente era apto ou não a receber a tarifa diferenciada; com a referida lei passou a ser exigido o seu efetivo cadastramento nos planos sociais do Governo, o NIS – Número de Identificação Social, o BPC – Benefício de Prestação Continuada ou NB – Número do Benefício. Tal alteração desencadeou o descredenciamento de quase 2 milhões de clientes, desses mais de 770 mil clientes somente na Celpe, que passaram a ter sua fatura com a tarifa cheia, além de pagar o ICMS, encarecendo a conta de energia desse segmento de clientes, e levando as Companhias a deixar de receber a respectiva subvenção.

Dentre as empresas, a principal impactada em seu resultado, Celpe, com um o total de clientes de cerca de 3,2 milhões de consumidores, preventivamente, selecionou um grupo de clientes com perfil vulnerável às mudanças acima citadas, definindo uma estratégia específica de cobrança, sendo denominado de Conjunto Monitorado, cerca de 360 mil clientes. Nesse conjunto a maior concentração era de clientes da classe residencial e dentro da residencial a maioria possuía perfil de baixo consumo.

A Administração da Companhia Celpe, através de seus órgãos representativos – Diretoria Executiva e Conselho de Administração, além do Comitê de Auditoria, baseada em sua experiência das perdas efetivas da Companhia e em seu melhor entendimento do cenário econômico e regulatório, ainda em 2011, resolveu dar um tratamento especial aos clientes mais vulneráveis às mudanças regulatórias e legais já mencionadas acima.

O Conjunto Monitorado seguiu seu cronograma previsto, ele somente deveria durar o tempo necessário para que os lotes fossem devidamente acionados, e todas as ações de cobrança realizadas. Não houve nenhuma alteração da política de contabilização da PCLD em 2012, tão somente o cumprimento do cronograma inicialmente previsto e iniciado em julho de 2011 e finalizado em dezembro de 2012. Logo, não houve nada em 2012 diferente de 2011, que tenha provocado alteração na contabilização, apenas e tão somente a manutenção da mecânica da ação, isto é, aqueles clientes acionados que não responderam as ações de cobrança, tiveram seus débitos lançados integralmente à PCLD.

A partir do segundo semestre de 2011, a Companhia Celpe realizou uma readequação de seus processos de cobrança, contemplando a restrição de ações de reparcelamento e intensificando as ações de campo para os consumidores inadimplentes contumazes. Dessa forma, para aqueles consumidores que não responderam às novas ações de cobrança, a Companhia realizou o provisionamento de seus débitos.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo.

					Consolidado	
Agente financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/03/13	31/12/12 Reclassificado
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	39.777	40.634
Banco Itaú	(b)	CDB	diversos	CDI	10	10
Banco Itaú	(b)	LFT	fev-13 / mai-14	CDIC	1.004	65.663
Banco Nordeste do Brasil	(b)	LFT	set-17	CDI	44.614	43.927
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	5.066	11.684
Bradesco	(b)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	11	1.119
Bradesco	(b)	LFT	(*)	CDI	17	16
Bradesco	(b)	CDB	jan-13 / set-13 / abr-14	CDI	2.183	2.184
Bradesco	(b)	LFT	mar-13	CDI	11	33
Caixa Econômica Federal		CDB	jun -13 / jan-13/ fev-14 / fev-17	CDI	6.822	7.374
Caixa Econômica Federal		CDB	Diversos	CDI	5.534	36.050
Votorantim	(b)	CDB	jun-13	CDI	2.525	2.486
Sul América		Título de capitalização	set-13	TR	5	5
Banco Itaú	(b)	LFT	diversos	Selic	65.714	-
Caixa Econômica Federal		Fundo de Investimento	(*)	Variável	-	1.397
Banco Itaú	(b)	CDB	jul-13	CDI	69	68
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	-	1.684
Votorantim	(b)	CDB	dez-13	CDI	45	44
Total					173.407	214.378
Circulante					138.556	182.063
Não circulante					34.851	32.315

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado

(a) Constituem garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

(b) Aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

11. RECURSOS CDE

	Ref.	31/03/13
Encargos do serviço do sistema	(a)	146.896
Risco hidrológico	(b)	98.624
Frustação de cotas	(c)	89.742
Total		335.262

A partir de outubro de 2012, verificou-se uma mudança no cenário energético que impactou no Preço de Liquidação de Diferenças - PLD e resultou no intenso despacho de usinas termoelétricas, visando evitar o esgotamento dos reservatórios das hidroelétricas.

Adicionalmente, em janeiro de 2013, em decorrência da implementação das regras previstas na Lei nº 12.783/2013, da não realização do leilão A-1 em 2012 e de outras frustrações contratuais, a situação foi agravada com a insuficiência de energia contratada.

De modo a evitar que tais elevações de custos pudessem onerar as tarifas dos consumidores finais, foi publicado em 8 de março de 2013 o Decreto nº 7.945, que possibilitou que a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, além de suas demais finalidades, custeasse também os valores adicionais necessários à aquisição de energia elétrica em razão de segurança energética e à exposição involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo, cujos custos têm repasses previstos às tarifas dos consumidores finais no processo tarifário. Os efeitos do Decreto 7.945, a título do repasse de recursos da CDE, iniciaram-se a partir das operações do mercado de curto prazo de janeiro de 2013 e ocorrerão ao longo do ano de 2013, levando em conta os resultados do processo de contabilização mensal, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O referido decreto atribuiu à ANEEL a competência para apuração individualizada dos montantes a repassar. Os aportes são feitos pela Eletrobrás, sendo utilizados diretamente para pagamento das despesas relativas aos seguintes componentes:

(a) Encargo do Serviço do Sistema

Custo incorrido referente à parcela de segurança energética, para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN;

(b) Risco Hidrológico

Valor considerado suficiente para neutralizar a exposição das distribuidoras cotistas das usinas que tiveram a concessão renovada de acordo com a Lei 12.783/2013 no mercado de curto prazo, em decorrência do baixo nível dos reservatórios; e

(c) Frustração de cotas

Custo da exposição no mercado de curto prazo em função da frustração dos montantes das cotas, em decorrência da não adesão à renovação de algumas usinas.

A ANEEL através do Despacho 1.312, de 30 de abril de 2013, homologou os valores definitivos da CDE referentes aos ajustes de janeiro de 2013 e as competências de fevereiro e março de 2013 a serem repassadas pela Eletrobrás até 06 de maio de 2013, às concessionárias de distribuição com recursos CDE, publicado no Diário Oficial da União em 02 de maio de 2013.

Conforme decisão da Diretoria da ANEEL, de 09 de abril de 2013, a CCEE divulgou Calendário Operacional – CO 156/13, informando que as contabilizações de fevereiro e março/13 foram processadas individualmente e que o aporte de garantias e a liquidação financeira dessas operações ocorreram de forma unificada em 07 de maio de 2013.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

		Controladora		Consolidado	
	Ref.	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Imposto de Renda - IR	(a)	74.886	101.252	198.743	214.848
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a)	6.724	2.956	77.873	55.285
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	-	85.508	114.414
Programa de Integração Social - PIS	(c)	-	-	15.331	13.892
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	-	-	51.773	34.920
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		-	-	12.636	11.918
IOF		3.851	3.852	3.851	3.852
Imposto sobre Serviços - ISS		-	-	1.571	1.477
Outros		648	648	1.466	1.919
		86.109	108.708	448.752	452.525
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	-	103.751	105.731
Recuperação Fiscal - REFIS	(d)	-	-	2.413	2.413
Outros		-	-	76	75
		-	-	106.240	108.219
Total		86.109	108.708	554.992	560.744

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipado corresponde, principalmente, aos montantes recolhidos quando das

apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do Imposto de Renda – IR e base de cálculo negativa da CSLL.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo está composto principalmente por ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados à prestação de serviços pela Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000

(c) A Companhia e suas controladas Coelba, Celpe, Cosern e Itapebi impetraram Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 2004, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurido a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, as Companhias obtiveram o direito de reconhecer o referido crédito, e, observando as exigências do CPC 25, procederam o registro contábil do indébito tributário, que será compensado com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil, no montante atualizado de R$ 67.104 (R$ 46.838 em 31 de dezembro de 2012).

(d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Coelba, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Vide nota explicativa nº. 27 – Provisões.

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	31/03/13	31/12/12
Imposto de renda e contribuição social	(I)	**209.593**	**172.477**
Diferido ativo		226.018	196.580
Diferido passivo		(16.425)	(24.103)
Benefícil fiscal do ágio e reversão PMIPL	(II)	**477.821**	**497.694**
Total		**687.414**	**670.171**

(I) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Neoenergia e suas controladas registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculo.

As Companhias do Grupo registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

	Ativo				Passivo			
	31/03/13		31/12/12		31/03/13		31/12/12	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Prejuízos fiscais	-	-	91.331	22.833	-	-	-	-
Diferenças temporárias	660.736	165.184	504.888	126.222	(36.678)	(9.234)	(53.295)	(13.389)
	660.736	165.184	596.219	149.055	(36.678)	(9.234)	(53.295)	(13.389)
Contribuição Social								
Base negativa	-	-	91.331	8.220	-	-	-	
Diferenças temporárias	675.930	60.834	436.735	39.305	(79.896)	(7.191)	(119.052)	(10.714)
	675.930	60.834	528.066	47.525	(79.896)	(7.191)	(119.052)	(10.714)
Total		226.018		196.580		(16.425)		(24.103)

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	Consolidado			
	31/03/13		31/12/12	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	184.311	184.311	179.475	179.475
Provisão para passivo atuarial	363.254	363.254	360.234	360.234
Provisão para demissão voluntária	124	124	1.032	1.032
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	262.427	262.427	249.045	249.045
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	34.591	34.591	26.845	26.845
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	5.300	5.300	5.244	5.244
Pis/Cofins diferidos	92.708	92.708	91.331	91.331
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-
Prejuízo fiscal	31.314	31.314	19.746	19.746
Incentivo Fiscal Sudene	70.537	-	128.991	-
Ajustes RTT				
Valor justo de derivativos financeiros	-	-	-	-
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	41.388	41.388	43.396	43.396
Déficit plano previdenciário	2.130	2.130	2.130	2.130
Ativos e passivos regulatórios	296.742	296.742	57.423	57.423
Custo de captação	-	-	-	-
Encerramento de ordem de serviço	7.074	7.074	7.074	7.074
Uso do bem público	12.796	12.796	11.777	11.777
Diferença de amortização de diferido	-	-	2.537	2.537
Outros ajustes de RTT	32.764	28.477	5.559	-
Outros	39.028	37.750	36.562	36.560
Total ativo	1.483.587	1.407.485	1.235.500	1.100.948
Passivo (-)				
Precatório Finsocial/PAES	(4.250)	(4.210)	(4.154)	(4.154)
Incentivo fiscal Sudene	(47.398)	-	-	-
Ajustes RTT				
Valor justo de derivativos financeiros	(9.869)	(9.869)	(9.641)	(9.641)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(275.069)	(274.429)	(256.712)	(256.070)
Ajuste da quota anual de amortização	(131.764)	(131.764)	(128.596)	(128.596)
Capitalização/(Amortização) de juros de acordo com o IFRS	(140.169)	(140.169)	(140.636)	(140.636)
Déficit plano previdenciário	(473)	(473)	(473)	(473)
Superávit plano previdenciário	(44.192)	(44.192)	(29.045)	(29.045)
Ativos e passivos regulatórios	(157.369)	(157.369)	(78.045)	(78.045)
Custo de captação	(11.399)	(11.399)	(12.814)	(12.814)
Ganho de participação relativa	-	-	-	-
Uso do bem público	(6.405)	(6.405)	(5.603)	(5.603)
Diferença de amortização de diferido	-	-	-	-
Outros ajustes de RTT	(9.774)	(9.774)	(9.775)	(9.775)
Outros	(21.398)	(21.398)	(17.082)	(17.082)
Total passivo	(859.529)	(811.451)	(692.576)	(691.934)
Total líquido	**624.058**	**596.034**	**542.924**	**409.014**

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e apreciados pelo Fiscal da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pelo pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599, de 2009. Esses valores correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

		Consolidado			
		31/03/13		31/03/12	
	Ref.	IR	CSLL	IR	CSLL
				(Reclassificado)	
Lucro contábil combinado antes do imposto de renda e contribuição social		410.607	409.349	534.743	534.743
Amortização do ágio e reversão da PMIPL		(11.413)	(11.417)	(12.542)	(12.542)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	269.623	270.896	(72.532)	(72.532)
Juros sobre capital próprio		-	1	(78.985)	(78.985)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		668.817	668.829	370.684	370.684
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		167.204	60.308	92.671	33.362
Amortização ágio participação societária		5.678	2.044	6.290	2.264
Juros sobre obras em andamento - JOA		-	6	-	4
Contribuições e doações		18	6	41	14
Multas indedutíveis		38	14	530	191
Depreciação veículos executivos		64	23	102	37
Excesso despesas previdenciárias		841	303	729	262
Efeito regime lucro presumido		225	116	1	-
Participação no resultado		74	27	-	-
Outras adições		1.728	721	1.529	580
		8.666	3.260	9.222	3.352
Equivalência patrimonial		(819)	(295)	(1.849)	(666)
Reversão da provisão do ágio		(3.337)	(1.199)	(3.677)	(1.324)
Reversão da PMIPL		(2.203)	(793)	(2.210)	(796)
Incentivo fiscal SUDENE		(84.386)	-	(68.023)	-
Incentivos audiovisual/Rouanet e PAT		(767)	-	(5.402)	(188)
Efeito regime lucro presumido		(2.483)	(748)	(2.949)	(917)
Outras exclusões		(73)	(121)	1.514	(772)
		(94.068)	(3.156)	(82.596)	(4.663)
Imposto de renda e contribuição social no período		81.802	60.412	19.297	32.051
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)		(3.416)	(1.229)	732	501
Diferido de diferença temporária de RTT		(40.922)	(24.371)	10.269	6.162
Imposto de renda e contribuição social no resultado		37.464	34.812	30.298	38.714

(a) Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC´s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e baixa do ativo diferido), 04 (Ativo Intangível) IAS38, 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) – IAS39 , 20 (R1) (Custos de Empréstimos) – IAS23, 33 (Benefícios a Empregados) – IAS19, 38 (Instrumentos Financeiros) – IAS39 e ICPC 01 (R1) (Contrato de Concessão) – IFRIC12.

(II) Benefício fiscal – Ágio incorporado

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n˚s 319/99 e 349/01.

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial das controladas nas demonstrações contábeis consolidadas, o valor líquido total de R$ 497.694, que, em essência, representa o crédito fiscal, foi classificado no ativo não

circulante como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

O ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais para Coelba, agosto de 2001, em 336 parcelas mensais para Celpe, dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais para Cosern, maio de 2004, 248 parcelas mensais para Termopernambuco e dezembro de 2006, em 325 parcelas mensais para Itapebi e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 195, de 07 de junho de 2000 para Coelba, nº 192, de 31 de maio de 2001 para Celpe, nº 474, de 30 de novembro de 2000 para Cosern.

O Despacho nº 2.250, de 20 de dezembro de 2005, alterou a curva autorizada para a amortização do ágio na Coelba.

14. SERVIÇOS EM CURSO

	31/03/13	31/12/12
Serviço próprio	12.327	11.760
Serviços prestados a terceiros	57.597	55.026
Transf.fabric.reparo de materiais	1.303	1.285
Total	71.227	68.071

Os Serviços em curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que serão utilizados para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Trabalhistas		1.885	1.879	123.554	115.827
Cíveis		11	11	87.640	78.136
Fiscais:		120.734	119.357	166.039	174.500
PIS / COFINS	(a)	99.329	99.421	105.357	115.625
IRRF sobre juros sobre capital próprio		21.405	19.936	21.405	19.936
Incentivo fiscal SUDENE	(b)	-	-	8.048	7.928
Impostos Municipais		-	-	5.912	5.915
ICMS		-	-	5.956	5.882
INSS		-	-	8.750	8.629
CSLL		-	-	825	813
IOF		-	-	6.265	6.265
Outros		-	-	3.521	3.507
Outros		-	-	8.534	9.595
Total		122.630	121.247	385.767	378.058

(a) Em 2006, a Neoenergia impetrou o mandado de segurança nº 2005.51.01.009039-0 visando impedir a cobrança de créditos tributários de PIS/COFINS que supostamente deixaram de ser recolhidos sobre o recebimento de juros sobre capital próprio (JSCP) sendo proferida sentença nos autos do referido processo concedendo a segurança para declarar o direito da Neoenergia de não recolher as contribuições de PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre capital próprio e de suas controladas e coligadas, bem como à compensação das parcelas recolhidas indevidamente nos últimos 10 anos, tendo a Fazenda Nacional interposto recurso de apelação. Em 12/04/2010, a 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu provimento ao recurso de apelação da União e à remessa necessária, para reformar a sentença favorável à Neoenergia proferida nos autos do referido mandado de segurança. A Neoenergia efetuou o depósito judicial do valor do PIS no montante de R$ 8.719 e da COFINS no montante de R$ 68.167, nos termos do artigo 63, §2º da Lei nº 9.430/96. O restante do valor corresponde à atualização monetária desses saldos depositados.

(b) Na Coelba, em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

16. OUTROS ATIVOS

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Adiantamentos a empregados		28	13	14.929	8.776
Adiantamentos a fornecedores		42	23	37.265	42.120
Serviços prestados a terceiros		-	-	7.494	6.825
Alienações em curso		-	-	1.964	2.096
RGR a compensar		-	-	445	445
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	-	-	9.340	9.240
Dispêndios a reembolsar em curso	(b)	-	-	8.208	7.906
Cobrança extra judicial		-	-	6.109	6.255
Uso mútuo de postes		-	-	8.828	7.801
Sub-rogação CCC		-	-	1.586	1.651
Títulos de crédito a receber		-	-	1.638	1.638
Outros créditos a receber	(c)	25.275	25.293	36.965	35.776
Total		25.345	25.329	134.771	130.529
Ativo circulante		10.163	10.147	112.408	108.109
Ativo não circulante		15.182	15.182	22.363	22.420

(a) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003 pela Coelba, no valor de R$ 18.776, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual – LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as 7 (sete) primeiras parcelas anuais.

(b)Referem-se a gastos efetuados para reforma de equipamentos das usinas geradoras de energia elétrica Baguari e EnergyWorks.

(c) Referem-se principalmente a adiantamento para aquisição de direitos da RIO PCH que serão recebidos com dividendos futuros do acionista minoritário e a adiantamento concedido pela Bandeirantes para veiculação de mídia.

17. INVESTIMENTOS

Informações sobre as investidas.

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Preferenciais	Participação no capital integralizado %	Capital realizado	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo líquido no período
COELBA		31/03/13	98.122	67.179	87,84	542.163	2.869.647	211.235
		31/03/12	98.122	67.179	87,84	542.163	2.646.979	163.186
CELPE		31/03/13	66.023	864	89,65	590.174	1.577.053	21.062
		31/03/12	66.023	864	89,65	590.174	1.454.151	50.876
COSERN		31/03/13	110.814	31.153	84,47	179.787	867.420	34.918
		31/03/12	110.782	31.153	84,45	179.787	832.167	69.304
ITAPEBI		31/03/13	44.100	-	42,00	105.000	417.694	19.180
		31/03/12	44.100	-	42,00	105.000	398.515	44.745
TERMOPE		31/03/13	262.594	-	100,00	214.570	397.848	(6.821)
		31/03/12	262.594	-	100,00	214.570	409.657	19.333
BAGUARI I	(a)	31/03/13	87.133	-	100,00	87.133	97.250	605
		31/03/12	76.000	-	100,00	87.133	96.645	3.871
GOIAS SUL	(b)	31/03/13	109.643	-	100,00	189.196	194.989	(402)
		31/03/12	109.643	-	100,00	189.196	195.391	2.659
GERAÇÃO C III	(c)	31/03/13	128.566	-	100,00	147.575	163.206	1.315
		31/03/12	70.265	-	100,00	147.575	161.891	3.895
RIO PCH I	(d)	31/03/13	74.166	-	70,00	105.951	118.623	2.692
		31/03/12	74.166	-	70,00	105.951	115.931	2.405
BAHIA PCH I	(e)	31/03/13	49.174	-	100,00	108.937	123.724	1.996
		31/03/12	49.174	-	100,00	108.937	121.728	4.953
SE NARANDIBA		31/03/13	16.000	-	100,00	42.090	46.454	1.430
		31/03/12	1	-	100,00	42.090	45.024	582
AGUAS DA PEDRA	(f)	31/03/13	145.557	-	51,00	-	-	-
		31/03/12	145.557	-	51,00	-	-	-
TERMOAÇU	(g)	31/03/13	290.047	-	23,13	-	-	-
		31/03/12	290.047	-	23,93	-	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL		31/03/13	1	-	100,00	5.231	4.824	-
		31/03/12	1	-	100,00	5.231	4.824	(3)
NC ENERGIA		31/03/13	13.600	-	100,00	12.877	54.788	24.107
		31/03/12	13.600	-	100,00	13.600	31.405	17.899
NEOSERV	(h)	31/03/13	1	-	100,00	7.730	16.856	673
		31/03/12	1	-	100,00	7.730	16.183	907
GARTER		31/03/13	1	-	100,00	-	38	-
		31/03/12	1	-	100,00	-	38	-
AFLUENTE GERAÇÃO	(i)	31/03/13	9.812	6.718	87,84	30.916	46.215	1.050
		31/03/12	9.812	6.718	87,84	30.916	45.165	2.706
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(i)	31/03/13	55.416	67.179	87,84	63.084	84.273	4.605
		31/03/12	55.417	67.179	87,84	63.084	79.668	5.002
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(j)	31/03/13	198.001	-	100,00	270.001	277.090	(828)
		31/03/12	-	-	100,00	270.001	277.918	(1.453)
NORTE ENERGIA		31/03/13	180.010	-	10,00	-	1.717.325	(30.244)
		31/03/12	-	-	10,00	-	1.447.569	(1.121)
ENERGYWORKS	(k)	31/03/13	214.479	-	100,00	117.964	128.840	2.050
		31/03/12	-	-	100,00	117.964	126.791	3.445
CAPUAVA	(k)	31/03/13	-	-	100,00	11.456	17.202	974
		31/03/12	-	-	100,00	11.456	16.228	1.267
ECIII		31/03/13	-	-	15,58	-	137.956	9.538
		31/03/12	-	-	15,58	-	127.426	-
NEOINVEST		31/03/13	34.250	-	100,00	34.250	11.461	(1.208)
		31/03/12	1	-	100,00	32.250	11.022	(14)
TELES PIRES	(l)	31/03/13	1	-	50,10	-	-	-
		31/03/12	-	-	50,10	-	-	-
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(l)	31/03/13	192.994		50,55	-	-	-
		31/03/12	-		100,00	-	(2.135)	-

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Preferenciais	Participação no capital integralizado %	Capital realizado	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo líquido no período
CALANGO I	(m)	31/03/13	1	-	50,00	-	-	-
		31/03/12	-	-	50,00	-	-	-
CALANGO II	(m)	31/03/13	1	-	50,00	-	-	-
		31/03/12	-	-	50,00	-	-	-
CALANGO III	(m)	31/03/13	1	-	50,00	-	-	-
		31/03/12	-	-	50,00	-	-	-
CALANGO IV	(m)	31/03/13	1	-	50,00	-	-	-
		31/03/12	-	-	50,00	-	-	-
CALANGO V	(m)	31/03/13	1	-	50,00	-	-	-
		31/03/12	-	-	50,00	-	-	-
MEL II	(m)	31/03/13	1	-	50,00	-	-	-
		31/03/12	-	-	50,00	-	-	-
ARIZONA I	(m)	31/03/13	1	-	50,00	-	-	-
		31/03/12	-	-	50,00	-	-	-
CAETITÉ I	(m)	31/03/13	1	-	50,00	-	-	-
		31/03/12	-	-	50,00	-	-	-
CAETITÉ II	(m)	31/03/13	1	-	50,00	-	-	-
		31/03/12	-	-	50,00	-	-	-
CAETITÉ III	(m)	31/03/13	1	-	50,00	-	-	-
		31/03/12	-	-	50,00	-	-	-
FORÇ. EÓLICA DO BRASIL	(m)	31/03/13	-	-	50,00	-	-	-
		31/03/12	-	-	50,00	-	-	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(m)	31/03/13	198.693	-	50,00	-	-	-
		31/03/12	-	-	50,00	-	-	-

(a) BAGUARI I

A Baguari I Geração de Energia S.A. foi constituída em 11 de janeiro de 2006, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51% da Neoenergia, e onde participam também a SPE (49%) formada por CEMIG e Furnas. O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no rio Doce, no estado de Minas Gerais. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW. As obras para a implantação da UHE se iniciaram em 10 de maio de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 09 de setembro de 2009.

(b) GOIÁS SUL

A Goiás Sul foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW). As obras para a implantação das PCHs se iniciaram em 31 de julho de 2007 e a PCH Goiandira entrou em operação comercial em dezembro de 2010 e a PCH Nova Aurora em março de 2011.

(c) GERAÇÃO CIII

A Geração CIII S.A. foi constituída com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com a participação de 60%, onde também participam do consórcio a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELG). O Consórcio Empreendedor Corumbá IIII é responsável pela construção da UHE

Corumbá III, empreendimento localizado no rio Corumbá, no Estado de Goiás. A energia será gerada através de duas unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 93,6 MW. As obras para implantação da UHE se iniciaram em 31 de agosto de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009.

(d) RIO PCH I

A Rio PCH I foi constituída em 26 de janeiro de 2007, onde a Neoenergia tem participação majoritária em 70% e os 30% restantes pertencem à Performance Centrais Hidrelétricas Ltda., empresa que possui a autorização das Pequenas Centrais Elétricas de Pirapetinga (20MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no rio Itabapoana, divisa dos estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. As PCHs Pirapetinga e Pedra do Garrafão entraram em operação comercial em agosto e setembro de 2009, respectivamente.

(e) BAHIA PCH I

A Bahia PCH I foi criada com o propósito de construir, operar e manter a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério – BA. A energia será gerada através de duas unidades geradoras que terão potência instalada de 25 MW. Sua entrada em operação comercial ocorreu em julho de 2010, com venda de energia através de contrato bilateral a partir de dezembro de 2009.

(f) ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA (DARDANELOS)

A Neoenergia adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dardanelos, com potência de 260 MW, localizada no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso. O Consórcio Aripuanã, formado pela Neoenergia (51%), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e ELETRONORTE, é responsável pela construção da UHE Dardanelos. A UHE entrou em operação comercial em agosto de 2011.

(g) TERMOAÇU

A Termoaçu é uma usina termelétrica que tem como acionistas a Neoenergia e a Petrobras. A energia elétrica gerada é destinada a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo Neoenergia e o vapor é usado pela Petrobras para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região.

Em 18 de abril de 2005 foi firmado um Acordo de Acionistas que ratificou a transferência da gestão operacional do projeto Termoaçu para a Petrobras, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada na Neoenergia proporcionalmente ao percentual de participação. O investimento da Neoenergia na Termoaçu continuará sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Em 08 de setembro de 2008, em razão de impasse em relação às condições comerciais da Termoaçu, os acionistas decidiram iniciar procedimento arbitral e firmaram um acordo de cooperação, garantindo o início da operação e estabelecendo disposições transitórias até a conclusão do processo. Como parte do acordo de cooperação, foi firmado contrato de locação pela Termoaçu à Petrobras, que deverá explorar, operar e manter as instalações da Usina.

As partes acordaram que a decisão do tribunal arbitral deverá retroagir para abranger no cálculo da condenação o período de vigência do Acordo de Cooperação.

O saldo do investimento líquido é composto como segue:

	Consolidado	
	31/03/13	31/12/12
Investimentos - ações	242.175	262.551
Ágio	31.738	31.738
(-) Provisão p/perda	(100.431)	(100.431)
Investimento líquido	173.482	193.858

(h) NEOENERGIA SERVIÇOS

Em 08 de novembro de 2001, a Neoenergia, em sociedade com a NC Energia S.A. constituiu a Termo NC Ltda., que a partir de 12 de julho de 2007 adotou a razão social de Neoenergia Serviços LTDA. - NEOSERV. A Neoenergia detém em conjunto com a NC Energia 100% do capital total da NEOSERV.

(i) AFLUENTE GERAÇÃO E AFLUENTE TRANSMISSÃO

A Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal e em atendimento ao contrato de concessão firmado entre a Coelba e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que anui com a versão patrimonial e consequentemente transfere a concessão de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária.

A controlada comunicou, através de fato relevante, publicado em 16 de janeiro de 2009, que os diretores da Afluente e da Imanisse Participações S.A. (“Imanisse”), ambas controladas pela Neoenergia S.A., celebraram Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Afluente (“Protocolo de Cisão”), tendo por objeto a reestruturação societária da Afluente, mediante a cisão parcial dos ativos e passivos relacionados a atividade de transmissão desta controlada, e a incorporação desta parcela cindida pela Imanisse. Em

reunião de Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizada no dia 1º de dezembro de 2009, foi aprovado o Processo de Cisão da Afluente. A cisão parcial da Afluente G foi submetida à deliberação de seus acionistas em 29 de dezembro de 2009 e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de cada uma destas companhias, com a absorção da parcela cindida de seu patrimônio no montante de R$ 63.084, em virtude do acervo líquido vertido, pela Afluente T (atual denominação social da Imanisse Participações S.A.).

(j) BELO MONTE PARTICIPAÇÕES

A Neoenergia possui a participação de 100% em Belo Monte Participações, empresa de propósito especifico constituída para participar com 10% na Norte Energia S.A., empresa constituída para efetuar a construção da usina hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, Estado Pará com a potência instalada de 11.233 MW. Os principais acionistas na Norte Energia são as empresas do Grupo Eletrobrás (49,98%), Petros e Funcef (20%), Cemig e Light (10%) e Vale (9%).

(k) ENERGYWORKS

Em 03 de janeiro de 2011 a Neoenergia firmou contrato com o Grupo Iberdrola, seu acionista, para compra da empresa de cogeração EnergyWorks do Brasil Ltda., que possui seis plantas de geração de energia elétrica e vapor, movidas a gás natural, instaladas em indústrias dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Ceará.

A EnergyWorks tem uma capacidade instalada atual de 93 MW e produção de 405 ton/h de vapor. A empresa foi fundada nos Estados Unidos em 1995 pela Pacific Corporation e iniciou suas operações em 1997, sendo a primeira de cogeração a operar no Brasil com plantas na modalidade de Produtor Independente de Energia & PIE.

A aquisição da EnergyWorks foi efetuada a valor de mercado, pelo montante global de R$ 162.267, liquidado em dinheiro. O valor contábil da controlada na data da aquisição era de R$ 133.175. A Companhia contratou consultor externo para proceder a análise de mensuração e alocação do preço de compra, conforme preconiza o CPC 15 (IFRS 3R). O excesso sobre o valor patrimonial da adquirida foi alocado a ativos imobilizados identificáveis nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando seus valores de reposição e de mercado. Assim, o valor justo preliminar da adquirida está como segue:

	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	22.687
Contas a receber	6.339
Impostos a recuperar	4.601
Ativo imobilizado	142.341
Ativo intangível	8.308
Outros ativos	791
Fornecedores	1.800
Salários e encargos a pagar	1.204
Imposto de renda e contribuição social	16.548
Outros impostos a pagar	1.231
Outras contas a pagar	2.017
Preço de aquisição	162.267
Valor contábil na data de aquisição	(133.175)
Preço de compra alocado	29.092

A aquisição se coaduna com os objetivos estratégicos da Companhia de investir no segmento de cogeração de energia.

(l) TELES PIRES

O Consórcio Teles Pires Energia Eficiente, formado por Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%), Eletrosul (24,5%) e Odebrecht (0,9%) adquiriu no leilão de energia A-5, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 17 de dezembro de 2010, a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires e as respectivas instalações de transmissão.

A Usina será construída no rio Teles Pires, entre os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA) e terá potência instalada de 1.820 MW. A parcela de energia produzida e negociada no leilão será objeto de contratos de comercialização de energia, com prazo de duração de 30 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2015.

Em 2011 foi constituída a empresa Teles Pires Participações, controladora direta da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, com o intuito de efetuar captação de recursos para a realização do investimento.

(m) FORÇA EÓLICA DO BRASIL

No leilão de energia nº 002/10, realizado em 26 de agosto de 2010, a Neoenergia, em parceria com a Iberdrola Renováveis, conquistou participação de 50% nos contratos de compra e venda de energia de nove parques de geração de energia eólica, nos Estado da Bahia e Rio Grande do Norte, que terão potência instalada de 258 MW.

A Força Eólica do Brasil é detentora das ações da Força Eólica Participações, holding criada para controlar cinco dos dez parques eólicos conquistados, sendo que os demais cinco parques eólicos são controlados diretamente pela Força Eólica do Brasil.

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos da controladora:

	Saldos em 31 de dezembro de 2012	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de março de 2013
NEOINVEST.	10.668	2.001	-	(1.209)	-	-	11.460
COELBA	2.710.913	-	10.042	185.555	(8.314)	-	2.898.196
CELPE	1.785.576	-	(459)	18.952	(8.539)	-	1.795.530
COSERN	876.790	-	283	29.488	(3.636)	-	902.925
ITAPEBI	190.984	-	-	8.056	(588)	-	198.452
TERMOPE	431.616	-	-	(12.827)	(865)	1.017	418.941
BAGUARI I	96.645	-	-	606	-	-	97.251
GOIAS SUL	195.390	-	-	(401)	-	-	194.989
GERAÇÃO CIII	161.891	-	-	1.315	-	-	163.206
RIO PCH I	95.980	-	-	1.885	-	-	97.865
BAHIA PCH I	121.728	-	-	1.995	-	-	123.723
SE NARANDIBA	45.024	-	-	1.431	-	-	46.455
AGUAS DA PEDRA	185.449	-	-	4.648	-	(6.081)	184.016
TERMOAÇU	172.158	-	(30)	1.354	-	-	173.482
GERAÇÃO CÉU AZUL	4.824	-	-	-	-	-	4.824
NC ENERGIA	30.682	-	-	24.106	-	-	54.788
NEOSERV	14.673	-	-	610	-	-	15.283
GARTER	39	-	-	-	-	-	39
AFLUENTE GERAÇÃO	39.674	-	-	922	-	-	40.596
AFLUENTE TRANSMISSÃO	69.983	-	-	4.041	-	-	74.024
BELO MONTE PART.	275.139	-	-	(821)	-	-	274.318
ENERGY WORKS	151.951	-	-	2.052	(477)	-	153.526
BAHIA PCH II	878	-	-	-	-	-	878
TELES PIRES	181.172	24.595	-	(2.905)	-	-	202.862
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	214.272	19.931	-	1.221	-	-	235.424
TOTAL	**8.064.099**	**46.527**	**9.836**	**270.074**	**(22.419)**	**(5.064)**	**8.363.053**

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos do consolidado:

	Saldos em 31 de dezembro de 2012	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de março de 2013
NEOINVEST.	10.668	2.001	-	(1.209)	-	-	11.460
COELBA	2.710.913	-	10.042	185.555	(8.314)	-	2.898.196
CELPE	1.785.576	-	(459)	18.952	(8.539)	-	1.795.530
COSERN	876.790	-	283	29.488	(3.636)	-	902.925
ITAPEBI	190.984	-	-	8.056	(588)	-	198.452
TERMOPE	431.616	-	-	(12.827)	(865)	1.017	418.941
BAGUARI I	96.645	-	-	606	-	-	97.251
GOIAS SUL	195.390	-	-	(401)	-	-	194.989
GERAÇÃO CIII	161.891	-	-	1.315	-	-	163.206
RIO PCH I	95.980	-	-	1.885	-	-	97.865
BAHIA PCH I	121.728	-	-	1.995	-	-	123.723
SE NARANDIBA	45.024	-	-	1.431	-	-	46.455
AGUAS DA PEDRA	185.449	-	-	4.648	-	(6.081)	184.016
TERMOAÇU	172.158	-	(30)	1.354	-	-	173.482
GERAÇÃO CÉU AZUL	4.824	-	-	-	-	-	4.824
NC ENERGIA	30.682	-	-	24.106	-	-	54.788
NEOSERV	14.673	-	-	610	-	-	15.283
GARTER	39	-	-	-	-	-	39
AFLUENTE GERAÇÃO	39.674	-	-	922	-	-	40.596
AFLUENTE TRANSMISSÃO	69.983	-	-	4.041	-	-	74.024
BELO MONTE PART.	275.139	-	-	(821)	-	-	274.318
ENERGY WORKS	151.951	-	-	2.052	(477)	-	153.526
BAHIA PCH II	878	-	-	-	-	-	878
TELES PIRES	181.172	24.595	-	(2.905)	-	-	202.862
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	214.272	19.931	-	1.221	-	-	235.424
TOTAL	**8.064.099**	**46.527**	**9.836**	**270.074**	**(22.419)**	**(5.064)**	**8.363.053**

18. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados da controladora e consolidado está composto da seguinte forma:

		31/03/13			31/12/12
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias (a)	4%	28.344	(2.884)	25.460	25.744
Máquinas e equipamentos	10%	793	(702)	91	104
Veículos	20%	117	(103)	14	17
Móveis e utensílios	10%	409	(333)	76	83
		29.663	(4.022)	25.641	25.948
Em curso					
Terrenos		78		78	78
Máquinas e equipamentos		422		422	369
Móveis e utensílios		185		185	168
Outros		6		6	4
		691		691	619
Total		30.354	(4.022)	26.332	26.567

(a) Corresponde basicamente ao edifício sede da Controladora localizado no Rio de Janeiro.

		Consolidado				
		31/03/13				31/12/12
	Ref.	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido Reclassificado
Em serviço						
Terrenos			71.553	-	71.553	71.126
Reservatórios, barragens e adutoras			965.645	(106.692)	858.953	863.495
Edificações, obras civis e benfeitorias		4%	574.444	(167.895)	406.549	409.619
Máquinas e equipamentos		5%	1.561.717	(472.888)	1.088.829	1.111.620
Veículos		20%	2.118	(1.509)	609	670
Móveis e utensílios		9%	3.545	(2.399)	1.146	889
			3.179.022	(751.383)	2.427.639	2.457.419
Em curso						
Terrenos	(b)		28.488	-	28.488	6.608
Reservatórios, barragens e adutoras			15.865	-	15.865	11.644
Edificações, obras civis e benfeitorias	(a)		5.326	-	5.326	5.598
Máquinas e equipamentos	(a)		82.822	-	82.822	78.237
Veículos			629	-	629	329
Móveis e utensílios			1.654	-	1.654	2.091
Material em depósito			21.290	-	21.290	21.290
Outros	(a)		89.227	-	89.227	86.334
			245.301	-	245.301	212.131
Total			3.424.323	(751.383)	2.672.940	2.669.550

(a) Parcela do Grupo Neoenergia nos empreendimentos em construção, tais como: 50,1 % dos gastos incorridos na UHE Telespires correspondendo aproximadamente à R$ 725 milhões do montante total apresentado acima; e a 50% dos gastos incorridos na implementação dos parques eólicos que representa R$ 228 milhões do montante total apresentado acima. Além desses existem R$ 74 milhões em gastos incorridos na reforma das turbinas da térmica Termope.
(b) Corresponde a áreas onde estão as instalações ou que foram afetadas pela implementação dos projetos em construção, tais como: UHE Telespires e diversos parques eólicos. Permaneceram em andamento até que todos os procedimentos regulatórios de incorporação ao acervo de ativos do projeto (“Unitização”) sejam concluídos.

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL, através do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL, de 26/06/2001, autorizou a doação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures na controlada Itapebi.

A movimentação do imobilizado consolidado é como segue:

	Em serviço			Em curso		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.188.486	(731.067)	2.457.419	212.131	212.131	2.669.550
Adições	-	-	-	34.583	34.583	34.583
Baixas	(10.877)	4.751	(6.126)	-	-	(6.126)
Depreciação	-	(25.067)	(25.067)	-	-	(25.067)
Transferências	1.413	-	1.413	(1.413)	(1.413)	-
Saldos em 31 de março de 2013	3.179.022	(751.383)	2.427.639	245.301	245.301	2.672.940

19. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, e nº 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Coelba, Celpe, Cosern, Afluente T, SE Narandiba e Afluente G (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de energia elétrica das controladas, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, a qual

fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica, abrangendo:

Distribuidoras:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 19).

Transmissoras:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

(b) Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

(c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.

(d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição e transmissão, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das controladas é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

Nas Distribuidoras:

(a) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e

(b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Nas Transmissoras:

(a) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e

(b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Segue composição consolidada do ativo financeiro de concessão:

		Consolidado	
	Ref	31/03/13	31/12/12
Recebíveis	(1)	109.564	97.790
Indenização	(2)	2.731.966	2.516.958
Total		2.841.530	2.614.748
Circulante		35.968	34.699
Não circulante		2.805.562	2.580.049

(1) Valores de fluxo de caixa futuros das transmissoras projetados descontados a taxa interna de retorno dos projetos de parcelas tarifárias correspondentes a remuneração pela infraestrutura (RAP).

(2) Parcela de valores residual de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) e aos recebíveis das transmissoras está assim apresentada:

	Ref.	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2012		2.614.747
Adições		11.799
Baixas		(241)
Amortização/reversão		(7.269)
Transferências	(a)	196.568
Remuneração recebíveis das transmissoras	(b)	7.562
Atualização monetária / valor justo	(c)	18.364
Saldos em 31 de março de 2013		2.841.530
Circulante		35.968
Não circulante		2.805.562

(a) Transferência do Intangível em curso em decorrência do processo de novos ativos incorporados nas distribuidoras Coelba, Celpe e Cosern, no montante de R$ 156.409, R$ 23.610 e 9.511, respectivamente, totalizando o montante de 189.530 líquida da transferência para o intangível em serviço em decorrência de reclassificação na Coelba e Celpe no montante de R$ R$ (18) e R$ (4.479) respectivamente, totalizando R$ (4.497). Adicionalmente houve uma transferência para ativo intangível na geradora Afluente G no montante de R$ 2.576.

(b) Remuneração dada pela aplicação da taxa interna de retorno dos projetos de transmissão sobre os recebíveis de concessão das empresas Afluente T e Narandiba.

(c) Atualização do ativo financeiro das distribuidoras.

As concessões das Companhias de distribuição e transmissão não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. As concessões outorgadas têm prazo de vigência de 30 anos e os contratos de concessão prevêem a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida às Companhias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

20. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível da controladora e consolidado está constituído da seguinte forma:

		31/03/2013			31/12/12
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Direito de uso de software	20%	431	(250)	181	189
Outros	(a)	48.457	(4.292)	44.165	44.643
		48.888	(4.542)	44.346	44.832
Em curso					
Outros	(a)	3.316		3.316	3.470
		3.316		3.316	3.470
Total		52.204	(4.542)	47.662	48.302

(a) Corresponde gastos com estudos e projetos realizados para participação em concorrências públicas por concessões diversas do segmento de energia, vencidas ou ainda a ocorrer.

	Consolidado					
	31/03/13					31/12/11
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	5,28	9.251.841	(2.967.794)	(432.855)	5.851.192	5.751.100
Ágio atribuído a concessão	4,57	2.352	-	-	2.352	2.352
Direito de uso de software	19,61	3.393	(2.109)	-	1.284	1.351
Outros		1.902	(1.262)	-	640	643
		9.259.488	(2.971.165)	(432.855)	5.855.468	5.755.446
Em curso						
Direito de uso da concessão		840.566	-	70.875	911.441	980.174
Direito de uso de software		2.045	-	-	2.045	359
Outros		3.321	-	-	3.321	3.475
		845.932	-	70.875	916.807	984.008
Total		10.105.420	(2.971.165)	(361.980)	6.772.275	6.739.454

De acordo com os artigos nº s 63 e 64 do Decreto n° 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de

determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A movimentação do ativo intangível consolidado está demonstrada abaixo:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reclassificado)	9.038.700	(2.845.576)	(437.678)	5.755.446	947.852	36.156	984.008	6.739.454
Adições	-	-	-	-	384.327	(9.607)	374.720	374.720
Baixas	(45.722)	19.526	-	(26.196)	-	-	-	(26.196)
Amortização	-	(146.360)	26.851	(119.509)	-	-	-	(119.509)
Transferências - intangiveis	273.547	-	(22.028)	251.519	(277.975)	22.028	(255.947)	(4.428)
Transferências - ativos financeiros	(7.037)	-	-	(7.037)	(209.990)	20.459	(189.531)	(196.568)
Transferências - outros	-	1.245	-	1.245	1.718	1.839	3.557	4.802
Saldos em 31 de março de 2013	9.259.488	(2.971.165)	(432.855)	5.855.468	845.932	70.875	916.807	6.772.275

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro). (Vide nota explicativa nº 17).

A Resolução Normativa ANEEL n◦ 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar

entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, após análise dos aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, foi efetuada uma redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

As controladas realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou em uma reclassificação da conta de ativo intangível para o ativo financeiro (Vide nota explicativa nº 17), sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Uso do Bem Público (UBP)

De acordo com o OCPC 05, para os contratos de concessão de geradoras em que se entende que o direito e a correspondente obrigação nascem para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato de concessão (autorização), o ativo intangível é inicialmente (no termo de posse) mensurado pelo custo. No caso de outorga fixa, o custo corresponde aos valores já despendidos e a despender no futuro devem ser reconhecidos a valor presente, conforme dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em se tratando de outorga variável, por exemplo, com

base na receita do período, seu montante deve ser registrado como despesa do período concomitantemente à receita que o tenha originado.

Assim a Companhia contabilizou os registros do direito de Uso de Bem Público, os quais foram descontados ao custo médio ponderado de capital ("Weighted Average Cost Of Capital – WACC") na data de início da concessão. O ativo intangível vem sendo amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão, enquanto o passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto mais a inflação do período.

21. FORNECEDORES

A Composição do saldo em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
				Reclassificado
Energia elétrica	-	-	947.882	696.191
Encargos de uso da rede	-	-	113.182	70.870
Materiais e serviços	1.754	2.078	258.438	283.268
Energia livre	-	-	65.705	63.715
Total	1.754	2.078	1.385.207	1.114.044
Circulante	1.754	2.078	1.317.474	1.047.609
Não circulante	-	-	67.733	66.435

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

		Consolidado					
	Taxa	Encargos		Principal		Total	
Composição da dívida	Efetiva	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	31/03/13	31/12/12 Reclassificado
Moeda nacional							
Banco do Nordeste	10% a.a.	54	-	8.192	-	8.246	10.979
		54	-	8.192	-	8.246	10.979
BNB	10% a 10,50% a.a. / TJLP + 3,21% a.a.	1.674	-	90.806	313.329	405.809	430.760
(-) Custos de transação		-	-	(975)	(1.679)	(2.654)	(2.675)
		1.674	-	89.831	311.650	403.155	428.085
BNB 6	10% a 10,11% a.a.	93	-	26.884	60.490	87.467	94.195
(-) Custos de transação		-	-	(94)	(88)	(182)	(210)
		93	-	26.790	60.402	87.285	93.985
BNDES	4,25% a 4,50% a.a. / TJPL + 2,12% a 3,12% a.a.	741	-	21.672	242.170	264.583	269.869
		741	-	21.672	242.170	264.583	269.869
BNDES FINEM	2,12% a 8,06% a.a. / TJLP + 3,12% a 4,30% a.a.	4.674	-	269.385	1.256.497	1.530.556	1.555.593
(-) Custos de transação		-	-	(25)	(12)	(37)	(45)
		4.674	-	269.360	1.256.485	1.530.519	1.555.548
Eletrobrás	5% a 5,45% a.a.	912	-	37.713	187.009	225.634	233.685
(-) Custos de transação		-	-	(248)	(999)	(1.247)	(1.304)
		912	-	37.465	186.010	224.387	232.381
FINEP	TJLP + 2% a 5% a.a. / 5% a 5,27% a.a.	229	-	20.269	81.702	102.200	116.543
(-) Custos de transação		-	-	(216)	(372)	(588)	(739)
		229	-	20.053	81.330	101.612	115.804
Santander		794	-	-	-	794	88.317
		794	-	-	-	794	88.317
Banco do Brasil	12,15% a 15,6% a.a. / CDI + 1% a.a. / 99,5% CDI	74.967	60.386	5.385	828.055	968.793	966.344
(-) Custos de transação		-	-	(2.538)	(1.865)	(4.403)	(5.004)
Operações com swap		-	-	-	(41.852)	(41.852)	(43.976)
		74.967	60.386	2.847	784.338	922.538	917.364
Banco do Brasil	98,5 % CDI	16.183	-	75.000	-	91.183	89.757
(-) Custos de transação		-	-	(482)	-	(482)	(627)
		16.183	-	74.518	-	90.701	89.130
BONDS BRL	12,19% a.a. a 12,28% a.a.	19.975	-	-	400.000	419.975	408.225
(-) Custos de transação		-	-	(865)	(1.795)	(2.660)	(2.877)
		19.975	-	(865)	398.205	417.315	405.348
Outros	TR +1,6% a.a. /TR + 2,1 % / 5,5% a.a.	-	-	10	5	15	17
		-	-	10	5	15	17
Total moeda nacional		**120.312**	**60.386**	**550.453**	**3.329.174**	**4.060.325**	**4.206.827**
Moeda estrangeira							
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	72,5% CDI / 92% CDI	53	-	1.302	4.180	5.535	5.788
Operações com swap		-	-	(44)	(382)	(426)	(781)
		53	-	1.258	3.798	5.109	5.007
Títulos Externos	Libor + 1,875% a.a 106,75%, 107,25%, 101,61%, 101,72%, 103,27%, 100,40%, 102,87% do CDI	1.801	-	5.434	299.760	306.995	310.745
Operações com swap		-	-	13.814	(33.035)	(19.221)	(27.489)
		1.801	-	19.248	266.725	287.774	283.256
BANK OF AMERICA	Libor + 1,65% a.a	545	-	7.813	403.648	412.006	420.549
Operações com swap		-	-	19.184	(7.789)	11.395	2.138
		545	-	26.997	395.859	423.401	422.687
Banco Tokio	110% CDI	380	-	1.104	211.085	212.569	216.145
Operações com swap		-	-	6.895	4.560	11.455	7.918
		380	-	7.999	215.645	224.024	224.063
Total moeda estrangeira		**2.779**	**-**	**55.502**	**882.027**	**940.308**	**935.013**
(-) Depósitos em garantia		-	-	-	(114.571)	(114.571)	(128.228)
Total		**123.091**	**60.386**	**605.955**	**4.096.630**	**4.886.062**	**5.013.612**

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, imóveis administrativos, fiança bancária ou aplicações financeiras vinculadas (contas reservas), cessão condicional de contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão, manutenção de conta reserva e aval da Neoenergia S.A..

a) Captações de recursos no exercício:

Coelba
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – A Companhia recebeu R$ 9.730 para financiamentos de investimentos realizados em 2012, provenientes do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.10.89.1, assinado em março de 2009 e aditado em novembro de 2009, outubro de 2010, março e novembro de 2011 e agosto de 2012.

Celpe
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R$ 6.520 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010 e março e novembro de 2011 e agosto de 2012.

Eletrobrás: A Companhia recebeu R$ 579 da Eletrobrás para custear a recuperação do seu sistema elétrico, proveniente do contrato de financiamento assinado em outubro de 2010. O contrato tem vencimento em dezembro de 2017, será amortizado em 60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013, com custo de 7% a.a. e juros pagos mensalmente.

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, avais dos Governos Federal e Estadual, notas promissórias e aval do acionista controlador.

Cosern
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – A Companhia recebeu em março de 2013 o montante de R$ 922 para financiamento dos investimentos realizados em 2011 e 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº. 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio, novembro de 2011 e agosto de 2012.

b) Condições restritivas financeiras (covenants):

Os contratos mantidos com o BNDES/FINEM e os títulos externos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos.

Na demonstração contábil intermediária de 31 de março de 2013 e na demonstração contábil de 31 de dezembro de 2011, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

c) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	31/03/13			31/12/12		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
	-	-	-	-	-	-
2014	982.290	(3.021)	979.269	1.180.461	(4.243)	1.176.218
2015	968.214	(2.252)	965.962	961.054	(2.246)	958.808
2016	836.233	(881)	835.352	832.279	(874)	831.405
2017	789.437	(355)	789.082	785.602	(352)	785.250
2018	347.246	(153)	347.093	303.686	(154)	303.532
Após 2018	355.040	(212)	354.828	399.536	(212)	399.324
Total obrigações	4.278.460	(6.874)	4.271.586	4.462.618	(8.081)	4.454.537
(-) Depósitos em Garantias			(114.570)			(121.109)
Total			4.157.016			4.333.428

d) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	628.205	3.450.394	51.978	883.035	5.013.612
Ingressos	44.282	18.609	-	-	62.891
Encargos	76.810	5.949	5.063	-	87.822
Variação monetária e cambial	-	-	(88)	(14.670)	(14.758)
Swap	-	(3.693)	10.701	13.752	20.760
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(1.722)	(3.208)	3.356	(1.574)
Transferências	200.826	(200.826)	3.446	(3.446)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(287.510)	-	(9.611)	-	(297.121)
Mov. depósitos em Garantias	7.118	6.165	-	-	13.283
(-) Custos de transação	1.034	113	-	-	1.147
Saldos em 31 de março de 2013	670.765	3.274.989	58.281	882.027	4.886.062

23. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Para as debêntures foram dadas garantias de receita própria e aval do acionista controlador.

							Consolidado				
							31/03/13				31/12/12
							Encargos	Principal			
Empresa	Debêntures (*)	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Total
COELBA	3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%	IGPM+13,95% a.a.	108	5.962	-	6.070	12.595
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	-
	Operações com swap						-	15.939	-	15.939	30.719
							108	21.901	-	22.009	43.314
	6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		3.700	78.641	78.676	161.017	158.235
	(-) Custos de transação						-	(200)	(59)	(259)	(326)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
						Não aplicável.	3.700	78.441	78.617	160.758	157.909
	7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%		-	-	-	-	83.313
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(3)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							-	-	-	-	83.310
CELPE	2ª Emissão	1ª	-	108,5% do CDI	108,5% do CDI	Não aplicável	532	48.980	-	49.512	99.113
	(-) Custos de transação						-	(84)	-	(84)	(162)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							532	48.896	-	49.428	98.951
	3ª Emissão	Única	-	105% do CDI	0,00%	Não aplicável	-	-	-	-	-
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	-
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							-	-	-	-	-
	4ª Emissão	Única	-	111,3% do CDI	111,3% do CDI	Não aplicável	11.491	5	354.252	365.748	357.212
	(-) Custos de transação						-	(312)	(626)	(938)	(1.015)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							11.491	(307)	353.626	364.810	356.197
COSERN	4ª Emissão	Única	16.360	CDI + 0,6% a.a		Não aplicável	1.667	35.899	35.912	73.478	71.885
	(-) Custos de transação						-	(150)	(44)	(194)	(245)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							1.667	35.749	35.868	73.284	71.640
TERMOPE	2ª emissão	1ª	-	105% CDI a.a		Não aplicável	779	114.600	78.400	193.779	220.879
	(-) Custos de transação						-	(423)	(304)	(727)	(829)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							779	114.177	78.096	193.052	220.050
TERMOPE	3ª emissão	1ª		IGPM+9,5%	IGPM + 9,71% a.a.		525	-	90.000	90.525	-
	(-) Custos de transação						-	-	(249)	(249)	-
	Operações com swap						-	-	-	-	-
						Não aplicável	525	-	89.751	90.276	-
ITAPEBI	2ª Emissão	2ª		IGPM+9,5%	IGPM + 9,70% a.a.		-	-	-	-	-
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	-
	Operações com swap						-	-	-	-	-
						Não aplicável	-	-	-	-	-
ITAPEBI	3ª Emissão	3a.		111% CDI a.a.			6.178	-	190.983	197.161	190.426
	(-) Custos de transação						-	-	(481)	(481)	(520)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
						Não aplicável	6.178	-	190.502	196.680	189.906
Total							24.980	298.857	826.460	1.150.297	1.221.277

a) Captações de recursos no exercício:

Termopernambuco
Em 28 de fevereiro de 2013, a Companhia registrou em série única a emissão de 9.000 debêntures simples, todas nominativas e escriturais não conversíveis em ações. O valor nominal unitário é de R$ 10, totalizando o volume de R$ 90.000. A remuneração é realizada por CDI + 0,57% ao ano e será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento no dia 28 de agosto de 2013 e o último no dia 28 de agosto de 2016. Adicionalmente, a valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas iguais, semestrais e consecutivas, após o período de carência de 2 (dois) anos contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela paga em 28 de agosto de 2015 e a segunda parcela paga na Data do Vencimento. As debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão.

b) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado financeiro maior ou igual a 2.

Na demonstração contábil intermediária de 31 de março de 2013 e na demonstração contábil de 31 de dezembro de 2012, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

c) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	31/03/13			31/12/12		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
	-	-	-	-	-	-
2014	237.560	(340)	237.220	246.411	(1.054)	245.357
2015	262.969	(439)	262.530	215.983	(374)	215.609
2016	218.094	(315)	217.779	215.983	(188)	215.795
2017	109.046	(116)	108.930	107.992	(29)	107.963
2018	1	-	1	2	-	2
Total	827.670	(1.210)	826.460	786.371	(1.645)	784.726

d) Mutação das debêntures:

	Consolidado		
	Moeda nacional		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	436.551	784.726	1.221.277
Ingressos	-	90.000	90.000
Encargos	19.906	-	19.906
Variação monetária e cambial	(92)	(46)	(138)
Swap	850	483	1.333
Efeito cumulativo marcação a mercado	22	(3)	19
Transferências	53.983	(53.983)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(187.643)	-	(187.643)
(-) Custos de transação	260	5.283	5.543
Saldos em 31 de março de 2013	323.837	826.460	1.150.297

24. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Consolidado	
	31/03/13	31/12/12
Salários	13.591	16.478
Encargos sociais	8.773	9.169
Provisões férias e 13° salário	33.588	29.093
Encargos sobre provisões de férias e 13° salário	7.934	9.418
Provisão PLR	35.959	27.922
Outros	1.291	995
Total	101.136	93.075

25. TAXAS REGULAMENTARES

As obrigações a recolher derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

		Consolidado	
	Ref.	31/03/13	31/12/12
Reserva Global de Reversão – RGR	(a)	9.463	88
Conta de Consumo de Combustível – CCC		3.803	22.592
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		1.746	6.253
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		4.006	5.009
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		669	854
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	74.508	76.507
Programa de Eficientização Energética - PEE	(b)	31.783	30.131
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		1.633	1.642
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH		1.055	1.977
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		-	4.753
Ministério de Minas e Energia - MME		550	1.004
Total		129.216	150.810
Passivo circulante		86.735	97.681
Passivo não circulante		42.481	53.129

(a) A Medida Provisória nº 579, de 12 de setembro de 2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, Art. 21, desobriga as distribuidoras, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR. Em 27 de março de 2013, através do despacho nº 913, a ANEEL fixou os valores correspondentes à última quota de RGR e estabeleceu o recolhimento em parcela única em abril de 2013.

(b) A Coelba, Celpe, Cosern e as Geradoras, conforme cada caso inerente a atividade, reconheceram os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquidos dos valores aplicados mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções

ANEEL n˚s. 300/2008 e 316/2008. Os valores desembolsados referentes aos projetos que já foram iniciados estão registrados na conta contábil Serviços em curso no ativo circulante e são liquidados quando da finalização de cada projeto.

26. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Circulante				
Imposto de Renda - IR	12.177	16.657	83.113	55.755
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	4.375	1.637	70.685	26.352
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	10	11	134.140	159.943
Programa de Integração Social - PIS	16	2.520	15.926	19.056
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	75	11.607	72.105	88.845
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	50	226	13.752	15.543
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	-	1	2.088	2.570
IOF	124	124	124	124
Imposto sobre Serviços - ISS	13	10	7.003	7.572
Parcelamento de Tributos	25	65	51	93
Outros	-	-	12.260	16.618
	16.865	32.858	411.247	392.471
Não-Circulante				
Imposto de Renda - IR	-	-	5.621	5.621
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	4.312	3.854
Programa de Integração Social - PIS	-	-	312	309
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	436	435
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	74	-
	-	-	10.755	10.219
Total	16.865	32.858	422.002	402.690

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos e a recolher quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e serão compensados com os saldos de impostos e contribuições a compensar quando da entrega da declaração anual do imposto de renda (vide nota explicativa nº 12).

27. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências					
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Ambientais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	136.001	95.920	109.294	17.787	15.145	374.147
Constituição	9.271	35.395	700	-	42	45.408
Baixas/reversão	(9.813)	(8.534)	(29)	-	(2.342)	(20.718)
Atualização	6.909	6.701	1.647	930	69	16.256
Saldos em 31 de março de 2013	142.368	129.482	111.612	18.717	12.914	415.093

A Administração da Companhia e suas controladas consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais,

entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência trabalhista	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 31/03/13	Valor provisionado 31/12/12
Ex-empregados da companhia	62.946	1ª, 2ª e 3ª	Provável	62.946	57.434
	209.515	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	59.674	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de empreiteiras	63.697	1ª, 2ª e 3ª	Provável	63.697	62.212
	247.365	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	58.811	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	15.725	1ª, 2ª e 3ª	Provável	15.725	16.355
	54.057	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	133.685	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	905.475			142.368	136.001

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência cível	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 31/03/13	Valor provisionado 31/12/12
Clientes – tarifas plano cruzado	(a)	17.995	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17.995	17.295
		2.873	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6.355	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(b)	53.607	1ª, 2ª e 3ª	Provável	53.607	29.473
		732.202	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		18.924	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(c)	9.420	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.420	9.681
		73.615	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6.516	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(d)	4.254	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.254	6.225
		68.759	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		16.500	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		8.785	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.785	8.690
		88.632	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.493	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		17	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17	16
		5.712	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		75	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		3.943	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.674	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		2.306	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.306	2.090
		7.056	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		499	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário ações		785	1ª, 2ª e 3ª	Provável	785	753
		1.326	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Racionamento de energia elétrica		17	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17	16
		2.376	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Cooperativas		19	1ª, 2ª e 3ª	Provável	19	18
		380.168	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	(e)	4.678	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.678	3.348
		72.735	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		105.027	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		1.728.691			129.482	95.920

Nas controladas, os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

(a) Clientes - Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(b) Indenização por perdas - Referem-se a diversas ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades das Concessionárias. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(c) Acidente terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia e suas controladas são ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(d) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais as controladas são ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida com pedido de tutela antecipada, execução de título judicial, declaratória de inexistência de débito.

(e) Outras - Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência fiscal	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 31/03/13	Valor provisionado 31/12/12
ICMS	(a)	1.027	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.027	1.015
		469.805	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(b)	2.585	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.585	2.571
		48.356	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		18.643	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF	(c)	3.094	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.926	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(d)	184	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	189
		68.359	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		9.387	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
TLF/IPTU	(e)	4	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4	4
		3.503	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.696	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS	(f)	18.459	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS		92.707	1ª, 2ª e 3ª	Provável	92.707	91.331
	(g)	52.487	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(h)	439	1ª, 2ª e 3ª	Provável	439	449
		25.392	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		19.407	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(i)	1.019	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.019	503
		1.213.658	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		19.564	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS	(j)	9.306	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.306	9.217
		988	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		38	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(k)	4.543	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		282	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CIDE	(l)	5.175	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas	(m)	7.343	Administrativa	Possível	-	-
		4.413	Administrativa	Remota	-	-
Outras	(o)	4.341	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.341	4.015
		53.764	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.705	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		2.172.997			111.612	109.294

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(a) ICMS - Na Cosern referem-se a diversas ações movidas pelos municípios do Rio Grande do Norte objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a Cosern antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996, aonde os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos e que a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a controlada, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto, os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos.

Na Celpe refere-se à (i) autos de infração contra a Companhia decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Celpe reconheceu o crédito e impugnou o auto de infração; (ii) auto de infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R$ 34.451 decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Celpe não reconheceu o débito e impugnou o auto de infração; (iii) autuação que ensejou a discussão sobre o valor do desconto, mediante o limite da legislação em vigor permitido e, autuação sobre isenções; e (iv). auto de infração contra a Celpe em 09/2011 no montante de R$ 213.546 mil decorrente de isenção aos clientes Rurais e Poder Público. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de 185.393 foi objeto de impugnação administrativa.

Na Coelba, refere-se à (i) Autos de Infração lavrados pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício; (ii) Auto de Infração que realizou a glosa do crédito do ICMS aproveitado em decorrência da aquisição de bens de informática e móveis destinados ao ativo permanente. A Companhia entende que o crédito é legítimo, por isso, mantém impugnação na esfera administrativa; (iii) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação; e (iv) Autos de Infração lavrados pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da

divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia.

(b) ISS – Na Coelba refere-se a autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Coelba entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa. Na Celpe, refere-se à discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros. Na Cosern, refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

(c) CPMF – Na Coelba, refere-se a auto de infração cobrando a CPMF sobre os pagamentos de tributos com vencimentos no período de setembro de 1998 a agosto de 2002, realizados através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). A Coelba procedeu à impugnação do auto de infração, juntando os extratos bancários que comprovam a incidência da CPMF sobre os pagamentos realizados. Entretanto o processo administrativo foi julgado procedente em primeira instância. A Coelba impetrou recurso para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, em junho de 2007, e o processo encontra-se pendente de julgamento.

(d) CSLL – Na Coelba, refere-se ao Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Coelba interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas tem sido favoráveis as contribuintes.

(e) IPTU – Na Coelba refere-se a demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna.

(f) REFIS – Refere-se à divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Coelba. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Coelba utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário

(g) PIS/COFINS – Coelba - correspondem a (i) Auto de Infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS

sobre as receitas financeiras. A Coelba apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal; (ii) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

(h) COFINS – Refere-se ao processo judicial onde a Cosern busca a compensação tributária do crédito de COFINS relativo a pagamento superior ao efetivamente devido em dezembro de 2008. Na Coelba, refere-se ao Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 questionando o pagamento dos débitos de COFINS, referente aos meses de novembro e dezembro de 1998 e janeiro a fevereiro de 1999. Esses valores foram compensados com crédito de IRRF, pleiteado através do processo 10580.007.291/98-41, porém não foi observado o rito formal de compensação que é a utilização da Declaração de Compensação. Não obstante a Coelba protocolou defesa judicial sob o argumento de que a forma não deve prevalecer sobre a essência, ou seja, o mero descumprimento de formalidades acessórias não deve prejudicar créditos fiscais legítimos (princípio da essência sobre a forma). Processo aguardando julgamento do mérito. Na Celpe, os procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda estão em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(i) IRPJ - Autos de infração contra a Celpe sobre lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais. Na Coelba, refere-se a auto de infração do ano-calendário 2003, motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Coelba interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002. Autos de infração na Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco, decorrentes da falta de retenção do IRRF incidente sobre os juros sobre capital distribuído para a Neoenergia. As controladas entendem ser indevida a sanção imposta pelo Fisco Federal, por entender que seu procedimento está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo n.º 01/2002. Adicionalmente, nas controladas Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco houve autos de infração decorrentes da não adição da despesa de ágio contabilizado no período de 2006 a 2010 nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. As controladas apresentaram impugnação, pois entendem que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

(j) INSS - Autos de infração em relação às contribuições sociais não recolhidas pelos prestadores de serviços. Na Coelba, referem-se notificações fiscais de lançamento de débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Coelba apresentou impugnação argumentando que a

imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil referente aos casos em que a Coelba não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços

(k) ITD - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA contra a Coelba cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Coelba protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações

(l) CIDE - Autos de infração lavrados pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Coelba apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

(m) Taxas diversas – Refere-se a notificações fiscais envolvendo taxa de licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos e processos judiciais contra a cobrança da taxa de iluminação pública.

(n) Incentivo Fiscal Sudene – Coelba - corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

(o) Outras – Diversos processos fiscais tais como, questionamento de consumidor contra a cobrança de tributos em conta de energia, honorários advocatícios de processos fiscais, etc. Inclui ainda procedimento resultante de autuação fiscal contra a Celpe, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais e na Cosern referem-se a demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

Ambiental

Contingência ambiental	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 31/03/13	Valor provisionado 31/12/12
Licença ambiental	12.914	1ª, 2ª e 3ª	Provável	12.914	15.145
	9.204	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total	22.118			12.914	15.145

A Itapebi firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o IBAMA, visando definir a compensação

adicional de impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação da UHE Itapebi. As deliberações contidas no acordo compreendem, dentre outras: elaboração de estudos, regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002.

Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a ITAPEBI desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R$ 12.868 e encontra-se registrado contabilmente.

28. OUTRAS CONTAS A PAGAR

		Consolidado	
	Ref	31/03/13	31/12/12
Consumidores	(a)	63.555	62.639
Empregados - adiantamento acordo coletivo		50	34
Plano de saúde (fundo de reserva)	(b)	9.325	10.497
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		13.991	8.997
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		341	293
Convênios		274	256
Caução em garantia	(c)	126.562	114.234
FGTS conta empresa		336	336
Encargos CBEE		1.808	1.807
Taxa iluminação pública - TIP	(d)	13.067	8.590
Adiantamentos recebidos	(e)	46.897	44.430
Coperativas - Aquisição de Ativos	(f)	73.318	73.318
Outras		33.448	17.541
Total		**382.972**	**342.972**
Circulante		325.515	272.041
Não circulante		57.457	70.931

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco da controlada Coelba, por parte da controlada e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos - empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas futuras com a assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(d) Taxa Iluminação Pública - TIP - Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.

(e) Adiantamentos recebidos – Referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.

(f) Conforme estabelecido no Manual de Operacionalização Financeira do Programa Luz para Todos, o resultado do processo de encerramento do crédito do Contrato ECFS-239/2008 e aditivo, aprovado pela Eletrobrás, MME e Coelba, resultou em saldo a ser devolvido, a título de restituição de adiantamentos de recursos de RGR e CDE. Os recursos a serem devolvidos estão atualizados pela taxa SELIC desde a data de aprovação do processo de encerramento do crédito até o dia do efetivo pagamento.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, subscrito e integralizado é de R$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	2.281.748	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	701.327	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.566.165	26,77%
Total	5.850.636	100,00%

	R$ Mil	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	1.848.220	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.054.133	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	568.076	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.268.596	26,77%
Total	4.739.025	100,00%

Reserva de lucro

Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado dos nove meses, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Por conta disso, as controladas Coelba, Cosern, Celpe, Itapebi e Termopernambuco formalizaram pleito à SUDENE e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

Empresa	Laudo constitutivo nº	Redução
COELBA	0144/2005	75%
COELBA	0039/2002	25%
CELPE	0157/2010	75%
CELPE	0039/2002	25%
COSERN	0183/2010	75%
COSERN	0038/2002	25%
ITAPEBI	0307/2003	75%
TERMOPE	0118/2005	75%
TERMOPE	0119/2005	75%

A Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco apuraram, respectivamente, nos nove meses findos em 31 de março de 2012, os valores de R$ 53.372, R$ 4.154, R$ 27.860, R$ 0 e R$ 0 (R$ 32.258, R$ 10.814, R$ 11.608, R$ 9.691 e R$ 3.651 em 31 de março de 2012, respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, calculados com base no lucro da exploração. Em atendimento aos requerimentos da Lei nº 11.638/07 o efeito do benefício fiscal passou a ser contabilizado no resultado do exercício das controladas. As controladas excluem esse efeito para fins e cálculo dos dividendos, conforme permitido para Lei nº 11.638/07.

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembleia Geral.

Em 31 de março de 2013, a Neoenergia mantém em seu patrimônio líquido reserva de retenção de lucros, no montante de R$ 6.152.537 (R$ 6.152.537 em 31 de dezembro de 2011) a qual foi constituída de acordo com o artigo nº 196 da Lei das S.A., visando a realização de investimentos futuros.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (IAS1), inclui os ganhos e perdas decorrentes da mensuração a valor justo do ativo indenizável (concessão) líquida dos efeitos tributários.

30. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida da controladora e consolida por natureza e suas deduções:

	31/03/2013	31/03/2012
Arrendamentos e aluguéis	1.037	813
Total receita bruta	1.037	813
(-) Deduções da receita bruta	(124)	(75)
Total receita operacional líquida	913	738

		Consolidado	
	Ref.	31/03/13	31/03/12
Fornecimento de energia elétrica	(a)	1.434.207	1.448.313
Receita de distribuição, geração e comercialização		1.340.898	1.284.388
Remuneração financeira wacc		93.309	163.925
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	28.614	12.438
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	1.812.439	1.877.354
Receita de distribuição		1.787.469	1.848.284
Remuneração financeira wacc		24.970	29.070
Receita de construção da infraestrutura da concessão		410.306	354.807
Outras receitas	(d)	82.175	46.763
Total receita bruta		3.767.741	3.739.675
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(972.663)	(1.149.307)
Total		2.795.078	2.590.368

(a) Fornecimento de energia - A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Consolidado					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$ mil	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Consumidores:						(Reclassificado)
Residencial	8.517.466	8.239.969	3.149.547	2.881.650	1.288.502	1.295.822
Industrial	37.172	38.040	1.090.985	1.294.920	324.053	423.018
Comercial	599.548	585.410	1.599.412	1.536.391	697.908	722.042
Rural	432.123	438.666	632.631	542.594	124.757	118.022
Poder público	80.498	80.499	391.424	366.023	155.040	157.715
Iluminação pública	27.504	26.841	341.142	327.954	70.035	74.675
Serviço público	14.527	13.442	428.379	425.151	97.629	113.228
Consumo próprio	784	705	8.312	8.221	-	-
Suprimento	137	142	2.353.155	2.577.525	231.503	151.752
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(53.523)	27.887
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo (1)	-	-	-	-	(1.697.619)	(1.772.650)
	9.709.759	9.423.714	9.994.987	9.960.429	1.238.285	1.311.511
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	195.922	136.802
Total	9.709.759	9.423.714	9.994.987	9.960.429	1.434.207	1.448.313

(*) Informações não auditadas

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE - Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Disponibilização do Sistema de Distribuição - A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

		Consolidado	
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	Ref.	31/03/13	31/03/12
Tarifa de uso do sistema elétrico de distribuição		43.337	49.939
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor livre		71.482	54.764
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	(1)	1.697.620	1.772.651
Total		1.812.439	1.877.354

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “tusd média” calculada a partir da tusd homologada para consumidores cativos.

(d) Outras receitas

	Consolidado	
	31/03/13	31/03/12
		(Reclassificado)
Renda da prestação de serviços	6.571	4.627
Arrendamentos e aluguéis	14.669	14.299
Serviço taxado	4.671	4.311
Taxa de iluminação pública	4.128	4.041
Administração de faturas de fraudes	285	1.211
Comissão serviços de terceiros	1.120	1.042
Multa infração consumidor	1.107	5.676
Ressarcimento Comercialização de Energia	29.407	-
Fornecimento de vapor	10.842	10.974
Outras receitas	9.375	582
Total	82.175	46.763

(e) Deduções da receita bruta - As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Período de três meses findos em	
	31/03/13	31/03/12
IMPOSTOS:		
PIS	(22)	(13)
COFINS	(102)	(62)
Total	(124)	(75)

	Consolidado	
Deduções da receita bruta	31/03/13	31/03/12
Impostos:		
ICMS	(619.392)	(651.578)
PIS	(52.350)	(56.795)
COFINS	(241.311)	(261.632)
ISS	(1.994)	(2.320)
Encargos Setoriais:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(9.549)	(29.447)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.348)	(18.864)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(16.782)	(100.170)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(9.828)	(9.366)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(3.537)	(3.744)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.768)	(1.871)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(7.586)	(6.221)
Encargos do consumidor - PROINFA	(1.294)	(924)
Encargos do consumidor - Tesouro Nacional	-	(5.615)
Outros	(1.924)	(760)
Total	(972.663)	(1.149.307)

31. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Período acumulado de três meses findos em	
Despesas	31/03/13	31/03/12
Pessoal	(2.886)	(1.126)
Entidade de previdência privada	(21)	(66)
Material	(12)	(3)
Serviços de terceiros	(1.376)	(1.411)
Depreciação e amortização	(793)	(795)
Arrendamentos e aluguéis	(10)	(12)
Tributos	(130)	(21)
Outros	(517)	(417)
Total custos / despesas	(5.745)	(3.851)

	Consolidado				
	31/03/13				31/03/12
Custos / Despesas	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(48.884)	(23.197)	(51.703)	(123.784)	(117.344)
Administradores	-	-	(1.645)	(1.645)	(1.985)
Entidade de previdência privada	(2.497)	(844)	(1.991)	(5.332)	(6.596)
Material	(8.082)	(422)	253	(8.251)	(6.223)
Combustível para produção de energia	(68.128)	-	-	(68.128)	(47.252)
Serviços de terceiros	(109.120)	(68.020)	(42.654)	(219.794)	(176.322)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(5.092)	-	-	(5.092)	(5.090)
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos	-	-	-	-	(2.165)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(1.799)	-	-	(1.799)	(941)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.181.882)	-	-	(1.181.882)	(830.882)
Encargos de uso de rede	(71.609)	-	-	(71.609)	(142.889)
Depreciação e amortização	(121.945)	(20.099)	(6.562)	(148.606)	(126.076)
Arrendamentos e alugueis	(1.318)	(251)	(1.600)	(3.169)	(3.067)
Tributos	(1.274)	(1.876)	(2.475)	(5.625)	(4.210)
Provisões líquidas - PCLD	-	(33.617)	-	(33.617)	(131.445)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(12.859)	-	(12.859)	(31.388)
Provisões líquidas - contingências	-	-	(4.282)	(4.282)	1.799
Provisões atuariais	-	-	105	105	-
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(418.495)	-	-	(418.495)	(354.806)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(6.591)	(6.591)	(3.780)
Outros	(4.490)	(2.333)	(18.386)	(25.209)	(25.264)
Total custos / despesas	(2.044.615)	(163.518)	(137.531)	(2.345.664)	(2.015.926)

32. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas e despesas financeiras têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Período de três meses findos em	
	31/03/13	31/03/12
Renda de aplicações financeiras	47.599	74.712
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	1.640	3.561
Total	49.239	78.273

	Período de três meses findos em	
Despesa Financeira	31/03/13	31/03/12
Outras despesas financeiras	(2.452)	(1.774)
Total	(2.452)	(1.774)

	Consolidado	
Receita Financeira	31/03/13	31/03/12
Renda de aplicações financeiras	66.190	103.896
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	44.822	47.720
Variação monetária	26.023	21.995
Variação cambial	30.398	28.415
Operações swap	20.599	20.445
Receita Financeira da Concessão	18.357	-
Outras receitas financeiras	4.909	9.843
Total	211.298	232.314

	Consolidado	
Despesa financeira	31/03/13	31/03/12
Encargos de dívida	(100.378)	(125.224)
Variação monetária	(29.877)	(33.804)
Variação cambial	(17.827)	(19.137)
Operações swap	(43.898)	(36.108)
Multas regulatórias	(21.119)	(18.045)
Outras despesas financeiras	(17.573)	(21.932)
Total	(230.672)	(254.250)

33. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Controladora

			31/03/13			31/12/12		31/03/12
Empresas	Ref	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA		Dividendos	46.694	-	-	46.694	-	-
		Juros sobre capital próprio	99.830	-	-	99.830	-	-
	(a)	Adiantamento - AFAC	2.402	-	-	2.402	-	-
		Aluguel/Comodato	88	-	-	83	-	-
		Outros	-	46	-	-	46	-
			149.014	46	-	149.009	46	-
CELPE		Dividendos	2.338	-	-	2.338	-	-
		Aluguel/Comodato	54	-	-	66	-	-
			2.392	-	-	2.404	-	-
COSERN		Dividendos	12.186	-	-	12.186	-	-
		Juros sobre capital próprio	30.547	-	-	30.547	-	-
		Aluguel/Comodato	-	-	-	17	-	-
			42.733	-	-	42.750	-	-
TERMOPERNAMBUCO		Dividendos	-	-	-	1.016	-	-
			-	-	-	1.016	-	-
TERMOAÇU		Reembolso de despesa	430	-	-	343	-	-
			430	-	-	343	-	-
ITAPEBI		Juros sobre capital próprio	9.548	-	-	9.548	-	-
		Aluguel/Comodato	66	-	-	66	-	-
			9.614	-	-	9.614	-	-
GERAÇÃO CIII		Dividendos	25.462	-	-	25.462	-	-
			25.462	-	-	25.462	-	-
NC ENERGIA		Dividendos	36.326	-	-	36.326	-	-
		Juros sobre capital próprio	510	-	-	510	-	-
		Aluguel/Comodato	35	-	-	-	-	-
			36.871	-	-	36.836	-	-
NEOENERGIA SERVIÇOS		Dividendos	653	-	-	653	-	-
		Juros sobre capital próprio	145	-	-	145	-	-
			798	-	-	798	-	-
GARTER	(a)	Adiantamento - AFAC	2	-	-	2	-	-
			2	-	-	2	-	-
BAGUARI I		Dividendos	9.695	-	-	9.695	-	-
		Juros sobre capital próprio	6.985	-	-	6.985	-	-
			16.680	-	-	16.680	-	-
BAHIA PCH I		Dividendos	18.701	-	-	18.701	-	-
			18.701	-	-	18.701	-	-

Controladora

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/03/13 Ativo	31/03/13 Passivo	31/03/13 Resultado	31/12/12 Ativo	31/12/12 Passivo	31/03/12 Resultado
BAHIA PCH II		Outros	2.168	-	-	2.167	-	-
			2.168	-	-	2.167	-	-
BAHIA PCH III		Outros	1.198	-	-	1.198	-	-
			1.198	-	-	1.198	-	-
RIO PCH I		Dividendos	9.577	-	-	9.577	-	-
		Outros	6	-	-	4	-	-
			9.583	-	-	9.581	-	-
NEOENERGIA INVESTIMENTOS	(a)	Adiantamento - AFAC	-	-	-	2.000	-	-
		Outros	700	-	-	700	-	-
			700	-	-	2.700	-	-
GOIAS SUL		Dividendos	1.891	-	-	1.891	-	-
			1.891	-	-	1.891	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	Adiantamento - AFAC	27.689	-	-	24.739	-	-
		Outros	8	-	-	-	-	-
			27.697	-	-	24.739	-	-
SE NARANDIBA		Dividendos	911	-	-	958	-	-
			911	-	-	958	-	-
PCH ALTO DO RIO GRANDE		Outros	3	-	-	-	-	-
			3	-	-	-	-	-
AFLUENTE GERAÇÃO		Dividendos	2.372	-	-	2.372	-	-
		Outros	4	-	-	-	-	-
			2.376	-	-	2.372	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO		Dividendos	3.691	-	-	3.691	-	-
			3.691	-	-	3.691	-	-
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES	(a)	Adiantamento - AFAC	58.700	-	-	-	-	-
			58.700	-	-	-	-	-
ÁGUAS DA PEDRA		Dividendos	6.081	-	-	-	-	-
			6.081	-	-	-	-	-
TELES PIRES PART.		Outros	-	10	-	-	10	-
			-	10	-	-	10	-
ENERGY WORKS		Dividendos	13.751	-	-	13.751	-	-
		Juros sobre capital próprio	6.761	-	-	6.761	-	-
			20.512	-	-	20.512	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL		Dividendos	565	-	-	565	-	-
			565	-	-	565	-	-
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Juros sobre capital próprio	-	15.772	-	-	15.772	-
			-	15.772	-	-	15.772	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do B		Juros sobre capital próprio	-	34.425	-	-	34.425	-
			-	34.425	-	-	34.425	-
Iberdrola Energia S.A		Juros sobre capital próprio	-	51.308	-	-	51.308	-
			-	51.308	-	-	51.308	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Aç		Juros sobre capital próprio	-	41.432	-	-	41.432	-
			-	41.432	-	-	41.432	-
521 Participações S.A.		Outros	15	-	-	15	-	-
			15	-	-	15	-	-

Consolidado

			Consolidado					
			31/03/13			31/12/12		31/03/12
Empresas	Ref	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Banco do Brasil S.A.		Aplicações financeiras	-	721	(79)	-	800	(82)
		Empréstimos e Financiamentos	7.444	269.339	(4.649)	7.821	265.067	(6.383)
			7.444	270.060	(4.728)	7.821	265.867	(6.465)
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Juros sobre capital próprio	-	19.500	-	-	19.500	-
	(e)	Aplicações financeiras	39.777	-	-	40.634	-	-
	(d)	Empréstimos e financiamentos	-	300.903	(8.425)	-	297.353	(8.514)
			39.777	320.403	(8.425)	40.634	316.853	(8.514)
Fundação Coelba de Previdência Complement. - FAELBA		Contribuição patronal	-	-	(4.617)	-	-	(2.284)
			-	-	(4.617)	-	-	(2.284)
Celpos	(c)	Contrato de mútuo	-	142.847	(5.213)	-	143.029	(8.365)
		Contribuição patronal	-	164.331	(2.819)	-	156.227	(1.330)
		Outros	-	-	-	-	-	-
			-	307.178	(8.032)	-	299.256	(9.695)
		Prestação de serviço	129	70	(82)	46	70	-
		Dividendos	-	184.316	-	-	183.648	-
		Juros sobre capital próprio	-	154.326	(30.547)	-	154.325	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	5.922	-	-	8.595	-
		Adiantamento - AFAC	-	88.793	-	-	27.771	-
		Aluguel/Comodato	-	143	(484)	-	162	(203)
		Reembolso de despesa	-	2.207	(105)	-	33	(197)
		Outros	-	1.425	-	-	2.079	(196)
			129	437.202	(31.218)	46	376.683	(596)
		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	(146)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	1.558	-	-	1.558	-
		Juros sobre capital próprio	-	41.172	(562)	-	41.172	-
		Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	(99)
		Aluguel/Comodato	-	-	-	-	-	(245)
			-	42.730	(562)	-	42.730	(490)
Iberdrola Energia S.A		Prestação de serviço	-	1.766	(1.725)	-	265	-
		Dividendos	-	5.966	-	-	5.966	-
		Juros sobre capital próprio	-	65.774	(2.174)	-	65.774	-
			-	73.506	(3.899)	-	72.005	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price		Juros sobre capital próprio	-	41.432	-	-	41.432	-
		Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	(12.846)
		Aluguel/Comodato	-	-	-	-	-	(12.846)
			-	41.432	-	-	41.432	(25.692)
521 Participações S.A.		Outros	15	-	-	15	-	-
			15	-	-	15	-	-
		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	2
Amara Brasil		Prestação de serviço (almoxarifado)	-	556	(983)	-	622	(835)
			-	556	(983)	-	622	(833)
Outros Minoritários		Dividendos	525	10.837	-	-	11.088	-
		Juros sobre capital próprio	-	4.165	(2.266)	-	4.187	-
		Adiantamento - AFAC	-	-	-	3.693	-	-
			525	15.002	(2.266)	3.693	15.275	-

(a) Referem-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Neoenergia.

(b) Refere-se à contratos de mútuo da Neoenergia com suas controladas com a finalidade de disponibilizar recursos até a concretização de aportes de capital.

(c) Refere-se ao contrato de benefício da controlada Celpe com a Celpos, com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

(d) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras

Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial nº. 20/00863-5, com vencimento em 18 de abril de 2014, corrigido mensalmente com base no IRP.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 342.901.057, com vencimento em 24 de abril de 2015, corrigido mensalmente com base no CDI.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 20/00852-X, com vencimento em 14 de abril de 2014, corrigido anualmente com taxa efetiva de 12,149%.

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2 com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.

(e) Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado .

A Administração da Companhia entende que todas as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores para os três meses findos em 31 de março de 2013 é R$ 1.366 (R$ 1.677 em 31 de março de 2012) na controladora e no consolidado, o qual é considerado benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

34. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, as Companhias do Grupo efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros das Companhias do Grupo seguem o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, o Grupo segue a Política de Crédito que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

As Controladas e a Controladora promovem a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de março de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias dempréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no logo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.

- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures.

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão do Grupo e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) - São considerado como item objeto de hedge, e está contabilizado pelo seu valor justo.

- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente,

divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.

- Instrumentos Financeiros Derivativos:

  - ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial sem nenhum caráter especulativo.

  - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

	Ativos (Passivos)			
	31/03/13		31/12/12	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.839.346	3.839.346	3.768.722	3.768.722
Títulos e valores mobiliários	173.407	173.407	214.379	214.379
Contas a receber de clientes e demais contas a receber (a)	2.329.455	2.329.455	2.638.679	2.638.838
Passivo				
Fornecedores	(1.406.958)	(1.406.958)	(1.114.044)	(1.084.383)
Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(416.871)	(416.871)	(428.197)	(428.199)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(3.554.564)	(3.554.564)	(3.815.260)	(3.815.261)
Debêntures em moeda nacional	(1.144.457)	(1.144.976)	(1.177.963)	(1.177.787)
Empréstimos, financ. e debêntures em moeda estrangeira	(943.177)	(943.177)	(845.539)	(845.539)
Instrumentos financeiros derivativos	22.710	22.710	32.071	32.071

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

- Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;

- Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI, IGP-M e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

- ✓ Operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política do Grupo não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

					Valores de Referência						
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		Efeito acumulado 31/03/13
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12	Valor a receber/recebido - a pagar/pago
Contratos de swaps:											
Coelba											
Swap	Bancos Santander e Citibank Merrill Lynch e BNP Paribas	11/07/06 / 15/06/09 / 22/06/10 / 26/08/10 / 10/12/10	26/06/2013 / 26/06/2015	USD 6M LIBOR + 1%a.a./ USD 6M LIBOR + 1,875 %a.a. 106,75% / 107,25% / 101,61% / 101,72% / 103,27% / 100,40% e	USD 150.000	USD 150.000	R$ 282.704	R$ 282.704	306.824	310.422	
Ativa									287.603	282.933	
Passiva									19.221	27.489	(8.268)
Swap	Banco Votorantim	30/07/04	27/01/14	USD + 13,4853% a.a. IGPM + 13,95% a.a	USD 2.979	USD 4.847	R$ 4.363	R$ 9.003	6.070	12.599	
Ativa									22.009	43.319	
Passiva									(15.939)	(30.720)	(1.212)
Swap	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	114,29% * (Libor 3M+0,80% a.a) CDI + 0,60% a.a.	USD 50.000	USD 50.000	R$ 104.005	R$ 104.005	95.172	96.988	
Ativa									104.399	104.305	
Passiva									(9.227)	(7.317)	(3.335)
Swap	Bank of America Merrill Lynch	13/11/12 / 16/11/12 / 19/11/12	14/06/18	117,65% * (Libor 3M+1,70% a.a) CDI + 0,552% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a.	USD 200.000	USD 200.000	R$ 415.500	R$ 415.500	401.326	409.944	
Ativa									416.713	416.696	
Passiva									(15.387)	(6.752)	(13.605)
Swap	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/2014	12,16% a.a. 99,5 % do CDI	-	-	R$ 100.000	R$ 100.000	145.051	143.694	
Ativa									131.007	128.936	
Passiva									14.044	14.758	
Celpe											
Swap	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a 72,5% do CDI	311	311	R$ 803	R$ 837	892	930	
Ativa							R$ 785	R$ 785	794	748	
Passiva									98	182	98
Swap	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a 92% do CDI	1682	1682	R$ 4.349	R$ 4.571	4.643	4.857	
Ativa							R$ 4.251	R$ 4.251	4.314	4.260	
Passiva									329	597	329
Swap	Banco do Brasil	06/05/10	14/04/14	12,16 a.a 99,5% do CDI	-	-	R$ 201.997	R$ 175.323	210.325	208.356	
Ativa							R$ 189.960	R$ 172.519	189.960	186.957	
Passiva									20.365	21.399	20.365
Cosern											
Swap	Bank Of American	08/04/11	06/05/16	USD 6M LIBOR + 2,39% a.a. CDI - 6% a.a.	USD 9.482	USD 9.482	R$ 15.000	R$ 15.000	19.513	19.777	
Ativa									15.426	15.162	
Passiva									4.087	4.615	(502)
Swap	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/14	12,16% a.a. 99,5 % do CDI			R$ 53.000	R$ 53.000	76.877	76.157	
Ativa									69.434	68.336	
Passiva									7.443	7.821	893
Termope											
Swap	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	USD +2,95% a.a. 2013 a 2014 / USD +3,20% 2015 a 2017 110% CDI	USD 58.680	USD 58.680	R$ 118.498	R$ 120.285	118.232	121.340	
Ativa							R$ 120.817	R$ 120.887	120.817	120.887	
Passiva									(2.585)	453	
Total									(7.288)	(2.542)	(26.420)

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de risco:

► Riscos financeiros

✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. O Grupo, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado

e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2012, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Coelba – No trimestre findo em 31 de março de 2013 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de "hedge" cambial no montante de R$ 27.132.

Celpe - No trimestre findo em 31 de março de 2013 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de "hedge" cambial no montante de R$ 1.395 (R$ 3.432, resultado positivo em 31 de março de 2012).

Termopernambuco - Foi contratada operação de "hedge" para o empréstimo em moeda estrangeira Junto ao Banco Tokio, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 110,% da taxa DI.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado do Grupo, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R$ Mil

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Alta do Dólar	(164.635)	(205.677)	(246.812)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar	204.155	208.825	250.591
Exposição Líquida		2.519	3.149	3.779

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

- ✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, o Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As Companhias do Grupo possuíam, em 31 de março de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item "Risco de variação cambial", a empresa possuía swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI e IGP-M. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI e IGP-M.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado do Grupo de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado do Grupo no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

R$ Mil

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	66.773	56.073	37.381
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	(31.562)	(49.384)	(59.260)
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	76.763	119.715	143.662
Swap Ponta Passiva em CDI	Alta do CDI	(28.064)	(35.081)	(42.097)
Swap Ponta Passiva em IGPM	Alta do IGPM	(564)	(705)	(846)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o

período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

- ✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade do Grupo e suas controladas não honrarem com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de março 2013 o Grupo mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$ 2.773.280, sendo R$ 1.141.079 em fundos exclusivos e R$ 1.632.201 em outros ativos, além de R$ 34.851 de aplicações no longo prazo.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações das Companhias do Grupo, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	2013	2014	2015, 2016 e 2017	2018
	Menos de 1 ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Circulante				
Fornecedores	753.069			
Empréstimos e Financiamentos	481.378			
Debêntures	310.175			
Instrumentos Derivativos	(4.549)			
Não Circulante				
Fornecedores		613.446	1.772.266	318.391
Empréstimos e Financiamentos		788.968	1.048.941	325.722
Debêntures		285.418	244.082	(17.879)
Instrumentos Derivativos		(29.624)	(327)	(114)

► Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as controladas monitoram as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o

volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

35. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e Ajustes		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
RECEITA LÍQUIDA	2.590.923	2.439.654	303.728	279.005	10.717	7.018	165.300	112.676	7.124	6.948	(282.714)	(254.933)	2.795.078	2.590.368
CUSTO DO SERVIÇO	(1.949.682)	(1.628.842)	(237.142)	(142.837)	(5.284)	(2.003)	(130.259)	(89.268)	(4.962)	(4.667)	282.714	254.933	(2.044.615)	(1.612.684)
LUCRO BRUTO	**641.241**	**810.812**	**66.586**	**136.168**	**5.433**	**5.015**	**35.041**	**23.408**	**2.162**	**2.281**	**-**	**-**	**750.463**	**977.684**
Despesas com vendas	(162.701)	(283.088)	-	-	(817)	-	-	-	-	-	-	-	(163.518)	(283.088)
Despesas gerais e administrativas	(117.780)	(106.135)	(13.958)	(9.020)	(73)	(315)	-	(3)	(7.067)	(3.883)	1.347	(798)	(137.531)	(120.154)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(66)	(1.219)	-	-	62	898	271.324	341.006	(268.043)	(333.290)	3.277	7.395
(-) Provisão para desvalorização do Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização do Ágio	-	-	(291)	(291)	-	-	-	-	(22.419)	(25.158)	-	291	(22.710)	(25.158)
IMPOSTOS	**360.760**	**421.589**	**52.271**	**125.638**	**4.543**	**4.700**	**35.103**	**24.303**	**244.000**	**314.246**	**(266.696)**	**(333.797)**	**429.981**	**556.679**
Receita financeira	150.609	137.632	8.848	13.219	679	1.022	1.654	2.060	49.508	78.527	-	(146)	211.298	232.314
Despesa financeira	(193.212)	(220.509)	(28.326)	(33.338)	(112)	(89)	(273)	(349)	(2.729)	(2.125)	(6.020)	2.160	(230.672)	(254.250)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO	**318.157**	**338.712**	**32.793**	**105.519**	**5.110**	**5.633**	**36.484**	**26.014**	**290.779**	**390.648**	**(272.716)**	**(331.783)**	**410.607**	**534.743**
Imposto de renda e contribuição social	(50.942)	(55.346)	(9.552)	(17.114)	(505)	(631)	(12.377)	(8.115)	(10.313)	(58)	-	(290)	(83.689)	(81.554)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	**267.215**	**283.366**	**23.241**	**88.405**	**4.605**	**5.002**	**24.107**	**17.899**	**280.466**	**390.590**	**(272.716)**	**(332.073)**	**326.918**	**453.189**
Participações minoritárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45.917)	(63.492)	(45.917)	(63.492)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO	**267.215**	**283.366**	**23.241**	**88.405**	**4.605**	**5.002**	**24.107**	**17.899**	**280.466**	**390.590**	**(318.633)**	**(395.566)**	**281.001**	**389.697**

36. SEGUROS

A Companhia e suas controladas têm a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da administração.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Revisão tarifária periódica

a) COELBA - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.511 de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em -6,06%, sendo -5,91% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -0,15% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de -7,92% a ser percebido pelos consumidores cativos.

As novas tarifas entrarão em vigor a partir do dia 22 de abril de 2013 com vigência até 21 de abril de 2014.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reposicionamento médio de -4,03%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, a redução média foi de -9,90%.

Os índices aprovados pela ANEEL incidem nas tarifas já reduzidas de acordo com a Revisão Tarifária Extraordinária anunciada em 24 de janeiro de 2013, conforme dispõe a Lei nº 12.873/2013.

O resultado da revisão tarifária foi publicado pela ANEEL através do Despacho 1.073 de 11 de abril de 2013, que estabeleceu a Base de Remuneração Líquida da Distribuição de R$ 3.910.759. Conforme dispõe a Resolução ANEEL 457/11, o resultado do laudo de avaliação regulatória deverá ser registrado na contabilidade regulatória da Companhia até o segundo mês subsequente à aprovação pela diretoria da ANEEL. A Companhia já está desenvolvendo as ações pertinentes para mensuração dos impactos, de modo que os ajustes contábeis societários e regulatórios sejam realizados até o mês de junho/13.

b) CELPE - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.519 de 23 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em 0,18%, sendo 1,60% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -1,42% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de 1,32% a ser percebido

pelos consumidores cativos. As novas tarifas entrarão em vigor a partir do dia 29 de abril de 2013 com vigência até 28 de abril de 2014.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reposicionamento médio de 0,19%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residenciais e baixa renda, o efeito médio foi de 1,97%.

Os índices aprovados pela ANEEL incidem nas tarifas já reduzidas de acordo com a Revisão Tarifária Extraordinária anunciada em 24 de janeiro de 2013, conforme dispõe a Lei nº 12.873/2013.

O resultado da revisão tarifária foi publicado pela ANEEL através do Despacho 1.102 de 12 de abril de 2013, que estabeleceu a Base de Remuneração Líquida da Distribuição de R$ 2.173.352. Conforme dispõe a Resolução ANEEL 457/11, o resultado do laudo de avaliação regulatória deverá ser registrado na contabilidade regulatória da Companhia até o segundo mês subsequente à aprovação pela diretoria da ANEEL. A Companhia já está desenvolvendo as ações pertinentes para mensuração dos impactos, de modo que os ajustes contábeis societários e regulatórios sejam realizados até o mês de junho/13.

c) COSERN - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.512, de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2013, fixou em 3,86% o índice médio da revisão tarifária periódica para a Companhia, sendo 4,11% relativos a revisão tarifária periódica e -0,25% aos componentes financeiros.

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 4,91%, sendo 3,84% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,33% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2013 a 21 de abril de 2014.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitirem opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual conforme mencionado anteriormente foi determinada unicamente pela administração da companhia e de suas controladas.

O resultado da revisão tarifária foi publicado pela ANEEL através do Despacho 1.004 de 04 de abril de 2013, que estabeleceu a Base de Remuneração Líquida da Distribuição de R$ 882.895.860,96. Conforme dispõe a Resolução ANEEL 457/11, o resultado do laudo de avaliação regulatória deverá ser registrado na contabilidade regulatória da Companhia até o segundo mês subsequente à aprovação pela diretoria da ANEEL. A Companhia já está desenvolvendo as ações pertinentes para mensuração dos impactos, de modo que os ajustes contábeis societários e regulatórios sejam realizados até o mês de junho/13.